UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Instituto de Psicologia

ERIKA FERREIRA DE AZEVEDO

**O soldado policial militar e
suas polícias:
sua clientela e sua hierarquia**

**São Paulo
2012**

ERIKA FERREIRA DE AZEVEDO

**O soldado policial militar e suas
polícias:
sua clientela e sua hierarquia**

Dissertação apresentada ao
Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo
como parte dos requisitos
para obtenção do grau de
mestre em Psicologia.

Área de Concentração:
Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano

Orientadora: Marlene Guirado

**São Paulo
2012**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: Azevedo, Erika Ferreira de
Título: O soldado policial militar e suas
polícias: sua clientela e sua hierarquia.

Dissertação apresentada ao
Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em
Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa.Dra. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Profa.Dra. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

À Estela

AGRADECIMENTOS :

À minha Orientadora, Marlene Guirado, por acreditar e apoiar meu projeto, em discurso-ato exigindo de mim nada menos que o rigor teórico necessário para fazer uma pesquisa de respeito. Sem você o nível de reflexão que este trabalho sucitou não teria ocorrido.

Aos meus colegas de grupo de orientandos e de estudo pelas sempre pertinentes e construtivas observações sobre meu trabalho e reflexões valiosas sobre nosso norte conceitual e metodológico. Em especial a Felipe pela dedicação que deu ao meu texto nos momentos de conclusão da minha dissertação. O acréscimo que isto tudo representou no meu desenvolvimento acadêmico é inestimável.

Aos meus pais que acreditaram e investiram na minha educação, sempre, não importando o caminho que resolvesse seguir. E deram todo o apoio que puderam para que mais esta etapa fosse cumprida. Em especial a minha mãe, por "levar a Estela emprestada um pouquinho" por várias ocasiões para eu conseguir trabalhar em casa com mais foco.

A Ernesto por sempre me fazer ser mais coerente com meus objetivos, tendo sido crucial para minha entrada no programa de pós; pela troca de ideias incessantes, instigantes e incansáveis, pelos cuidados de nossa filha, que me deram alguma paz de espírito nos momentos de finalização deste trabalho, e pelo amor de sempre.

A Henriette e David, membros da minha banca de qualificação pela dedicação e cuidado com meu trabalho, pelas sugestões e comentários construtivos, e pela generosidade em estar à disposição para me auxiliar em outros momentos caso fosse necessário.

Aos soldados que me cederam as entrevistas. Se expuseram e se posicionaram.

Ao Capitão Leandro do Centro de Assistência Social e Jurídica da PM-SP pela orientação sobre o funcionamento da polícia no estado e sobre o procedimento correto para a obtenção da autorização do comando para a pesquisa.

Aos outros membros da corporação que me receberam e me auxiliaram na logística para realizar a pesquisa, mas cujos nomes não posso revelar para honrar o compromisso do sigilo da identidade e origem (comando de policiamento de área, batalhão e companhia) dos entrevistados.

À Danielle pela já esperada eficiência nas revisões, sincronia, apoio moral e carinho de amiga. Sem você comigo nesses momentos finais não teria dado!

À minha tia Diolinda pelo incentivo permanente ao meu avanço acadêmico, profissional e pessoal.

A Floriano Cathalá L. Neto pelas referências bibliográficas e trocas de idéia a respeito deste assunto - a polícia - cujo interesse temos em comum, que desde 2005 quando primeiramente dividi interesse no tema acompanha na distância o desenrolar de uma ideia.

Aos meus amigos e colegas de lugares diversos pela torcida e apoio moral, sempre me fazendo acreditar que era capaz disto. Valeu!

RESUMO

Azevedo, E.F. (2012). *O soldado policial militar e suas polícias: sua clientela e sua hierarquia*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A Polícia Militar, cuja missão divulgada oficialmente é a de "tutela da ordem jurídica, assegurando a tranquilidade pública e a proteção da sociedade contra as violações e malefícios", tem crescido como tema de discussão tanto na mídia como nos meios acadêmicos nos últimos anos por sua relevância na vida das pessoas e relação com as questões de segurança pública. Dados sobre violência policial de inúmeros órgãos, pesquisas acadêmicas no assunto, e a própria preocupação manifesta de autoridades governamentais de segurança pública tornam quase inevitável que essas discussões vinculem a polícia à violência. Este trabalho teve como objetivo estudar os efeitos de reconhecimento e desconhecimento das relações no trabalho que permearam o discurso de um grupo de soldados da polícia militar: como estes falaram de seu trabalho e através desta fala posicionaram-se e posicionaram sua clientela e sua hierarquia. Por conta da importância dos dados mencionados, buscou-se também analisar que lugar a violência ocupou neste discurso. Dez soldados de um mesmo batalhão da polícia militar do Estado de São Paulo, sendo estes nove homens e uma mulher, foram entrevistados no próprio local de trabalho acerca de seu trabalho e das pessoas com quem se relacionavam. Suas entrevistas transcritas foram analisadas através da Análise Institucional do Discurso a fim de configurar um *sujeito soldado policial militar*. O objeto da análise do discurso foi a articulação entre o texto e o lugar social. Através destas análises, percebemos que uma noção de ser o "faz tudo" deslizou para o cuidado de um tipo específico de clientela, a população despossuída, e culminou com a proteção da vida do próprio policial policial como foco último do trabalho do PM. A farda se sobrepôs ao indivíduo marcando com toda a força a matriz institucional desse sujeito (do discurso). Não é uma questão de ser vítima da farda, mas de, pressupondo-se só na linha de frente, conduta justificada, legitimada e reforçada pelo discurso que indissocia meliante e clientela, passa a ser natural que o PM então coloque-se no lugar de alvo e que a ajuda e proteção ao 'amigo de farda' torne-se legitimamente o foco de seu trabalho. O estressante do trabalho do PM residia justamente nesta inversão quando PM tornava-se alvo. E, a regra, ponto de tensão para que o PM se defenda, abre brecha para uma virada do 'cumprimento da lei' para o 'crime' como caminho natural a seguir e deslocado do indivíduo. Um caminho para a violência.

Palavras-chave: Psicologia Institucional, Análise Institucional do Discurso, Policial Militar

Abstract

Azevedo, E.F. (2012). *The military police soldier and his polices: his clientele and his hierarchy*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

The Military Police, whose mission as officially claimed is "to safeguard the legal order, assuring public peace and protecting the society against violations and wrongdoings", has increasingly appeared as a theme of discussion in the media as well as in the academia in the last years due to its relevance to people's lives and its relation to public safety issues. Police violence data from many organizations, academic research and the manifest concern from government authorities in public security make it almost inevitable for these discussions to relate police and violence. This research aims at studying the effects of recognition and disowning of the relationships in the job that permeated the discourse of a group of soldiers from the military police: how they spoke of their job and through this speech positioned themselves and their clientele and hierarchy. Due to the importance of the mentioned data, the potential place that violence occupied in this discourse was subject of study as well. Ten soldiers; nine men and one woman, from the same battalion of the Military Police from the State of São Paulo were interviewed in the workplace about their jobs and the people they relate to in doing so. The transcribed interviews were analyzed through the Institutional Discourse Analyses to configure a *military police soldier subject*. The object of discourse analyses was the articulation between the text and the social place. Through these analyzes, we could see that a "do it all" notion slid to become the care of a certain type of clientele, the dispossessed, and culminated to the protection of the life of the police officer him or herself as the ultimate focus of the police officer's job. The uniform overlapped the individual with the strength of the institutional matrix within this (discourse) subject. It's not a matter of being a victim of the uniform, but, assuming a solitude in the front line, a justified and rationalized conduct, also reinforced by the discourse that doesn't differ criminal from clientele, it's naturalized that the military police officer/soldier puts him or herself in the position of a target so that helping and protecting the 'uniform pal' becomes legitimately the focus of the job. The stressful in the job is exactly this inversion of positions when the soldier becomes the target. And the rules and procedures, source of tension for the police officer to defend him/herself, give license for the mode turn from 'law abiding' to 'crime', a natural path to follow, detached from the individual and excused by the uniform. A path to violence.

Keywords: Institutional Psychology, Institutional Discourse Analyses, Military Police Officer.

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. Objetivo	23
2.1. A história deste objetivo	24
2.2. Objetivo	25
3. Método	26
4. Instituição em Estudo	30
5. Procedimento	36
6. Análises	43
6.1. Clientela: as “pessoas”	44
6.1.1. Sujeitos de humores: a marca das ocorrências	44
6.1.2. Sujeitos algozes: PM alvo de olhares	49
6.1.3. Sujeitos sem rosto: pessoas indiferenciadas	58
6.2. O PM e sua hierarquia	62
6.2.1. Começa o dia	62
6.2.2. O policial o procedimento: na iminência do erro	66
6.2.3. Relações institucionais: entre a cruz e a espada	71
6.3. O meliante: ele “não tem nada a perder”	81
6.4. O PM	86
6.4.1. Ser e estar PM: dá para separar?	86
6.4.2. Entre o fazer e o ser PM: <i>pau pra toda obra</i>	91
6.4.3. PM fardado, PM alvo, PM mártir	101
6.4.4. PM no escuro: o não saber do PM	107
7. Considerações finais	111
8. Referências	118
9. Anexo I	123

1. Introdução

Telejornal SPTV 2ª edição de 08 de Fevereiro de 2012, Carlos Tramontina, âncora, segue com a seguinte notícia (Galvão & Tramontina, reportagem exibida em 08 de Fevereiro de 2012): "A secretaria da segurança pública está apurando como uma investigação de estelionato em Osasco terminou com três policiais civis feridos e dois PMs presos. Os investigadores teriam sido confundidos com ladrões. (...)"

Segue o repórter no local, César Galvão, com a mesma notícia:

Tudo aconteceu nesta casa no Jardim Rochedale, em Osasco. Três policiais civis foram lá em busca de um suspeito de estelionato. Usavam um carro comum para não chamar atenção. Mas alguém da vizinhança achou que era um assalto e ligou para o 190 da polícia militar. Os PMs chegaram, dois entraram pela porta da frente e renderam os três policiais civis dentro da casa. Um parente dos feridos disse que eles se identificaram. Mas neste momento, outros dois PMs que vieram dos fundos chegaram atirando. Logo em seguida, os investigadores feridos foram colocados no carro da PM.

(...)

Todos os envolvidos foram trazidos aqui para a Corregedoria da polícia civil. Os investigadores disseram que entraram na casa autorizados pelo dono, que é investigado por estelionato. Já os policiais militares disseram em depoimento que não sabiam que os homens armados eram policiais civis. Dois dos quatro PMs foram autuados em flagrante por lesão corporal, abuso de autoridade e disparo de arma de fogo (...) (Idem)

Ao retomar para o âncora, este fornece um resumo da nota oficial do órgão público sobre o ocorrido: "A secretaria de segurança informou que, se os PMs são responsáveis, serão punidos". (Idem, Ibidem)

Na sequência do mesmo telejornal, após reportar uma invasão a prédio de luxo em um bairro de classe média de São Paulo, o repórter Renato Biazzi continua com esta notícia sobre um assalto no Brooklin, também na cidade de São Paulo:

Os ladrões entraram por volta das 7 da manhã quando

uma enfermeira estava chegando para trabalhar no local. Na fuga, eles foram surpreendidos pela polícia e houve troca de tiros. Dois suspeitos morreram e um foi preso. A polícia recuperou dinheiro e objetos roubados. Nenhuma vítima se feriu. (Biazzi, reportagem exibida em 08 de Fevereiro de 2012)

Estas duas notícias, de certa forma, acompanham o tom das análises sobre as quais esta dissertação de mestrado se revolverá. Dentre os vários aspectos sobre a atuação da polícia que emergem aqui, temos: policiais que atendem ao chamado do 190; policiais que atuam; policiais que atiram, policiais que são punidos ao fazê-lo; policiais que atiram e matam; policiais sobre quem se tem opinião, policiais cujos atos são ignorados desde que “nenhuma vítima” se fira. Policiais *posicionados* de forma marcante e, por vezes antagônica. Posicionados num discurso que não é o deles.

Segundo *site* oficial da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (Secretaria de Estado da Segurança Pública, 2011), fundido com o governo desde o primórdio até seu aparecimento no Brasil em 1530, o papel da polícia sofreu mudanças, “passando a representar a ação do governo, enquanto exerce sua missão de tutela da ordem jurídica, assegurando a tranquilidade pública e a proteção da sociedade contra as violações e malefícios” (idem).

No início ela surge com o objetivo de “promover a justiça e organizar o serviço de ordem pública como melhor entendesse” nas capitanias hereditárias; somente em 1871, 341 anos após sua aparição no país, que suas funções foram regulamentadas, separando-a da de justiça.

Já outro *site*, o oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMSP) (Polícia Militar, 2011), aponta uma universalidade da polícia, sob uma forma ou outra, em todas as sociedades humanas, como meio “para garantir a coesão e o bem comum da própria sociedade” e “cuja missão final é a manutenção da ordem e da segurança dos cidadãos”. Considerando a reorganização da antiga Guarda Real de

Polícia, em 1831, como sua "certidão de nascimento" no Brasil, foi neste mesmo ano que, em São Paulo, foi fundada a Polícia Militar do Estado de São Paulo [PMSP] através da criação do Corpo de Municipais Permanentes. Ainda segundo a supracitada referência, assim define-se, em extratos, a PMSP:

A Polícia Militar é hoje uma Organização fardada, organizada militarmente, subordinada ao Governador do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública e do Comando Geral da Corporação, e que presta seus serviços dentro do rigoroso cumprimento do dever legal.

Por ser um corpo militar, dispõem de meios e ferramentas para coibir excesso no seio da tropa, fatos esses a que nenhuma organização está imune, mas que, dada a reação draconiana aplicada aos infratores, inibe e desestimula atitudes antissociais. A maior prova disso é a correta apresentação das estatísticas pela Corporação, incluindo os desvios de seu pessoal e as punições sofridas pelos maus.

(...)

Com um efetivo de cerca de 85.000 pessoas, conquanto não seja ainda o ideal, a Polícia Militar exerce sua função em terra, no ar e no mar, nas estradas, nas florestas, nos campos e nas cidades, visando dar tranquilidade à população, em um mundo cada vez mais conturbado.

(...)

A tropa da Corporação tem contribuído com sua quota de sangue, perdendo pessoal em mortes e em casos de invalidez, enfrentando incompreensões e injustiças, lutando contra faltas de efetivo e, por vezes, de meios, mas tem deixado sua marca positiva nos corações dos paulistas que amam sua terra, que desejam um futuro melhor, e que comungam conosco do ideal de uma pátria grande e feliz. (idem, ibidem)

Contudo, esta polícia no seu *cumprimento do dever legal* e que *coíbe os excessos no seio da tropa*, a mesma que deixou sua *quota de sangue* para dar *tranquilidade à população* construir este *ideal de uma pátria grande e feliz*, é também a agente dos fatos divulgados pelo Núcleo de Estudos da Violência [NEV] da Universidade de São Paulo [USP]. Segundo NEV (2011-DELITOS), em 2006, foram registrados 232 delitos praticados pela PM de São Paulo;

destes, 159 envolvem casos de homicídio e 53 de lesão corporal ou tortura. Só no primeiro semestre de 2010, foram 86 casos de violência policial, sendo consequência destes 129 vítimas, das quais 68 foram fatais (NEV, 2011-CASOS). Estes dados não são compilações do muito que se vê na televisão, mas que sabemos não são submetidos a critérios científicos. São números originários de pesquisas do Ministério da Saúde (DATA-SUS), IBGE, Prefeitura de São Paulo (PRO-AIM) e Fundação SEADE. Órgãos oficiais do Estado; o mesmo Estado a quem a Polícia serve e responde.

Em prefácio para a terceira edição do livro *Direitos Humanos: Coisa de Polícia* (Balestreri, 2003), do educador Ricardo Balestreri (Secretário Nacional de Segurança Pública no governo Lula), o então Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, reconhece que, desde a promulgação da Constituição de 1988, há uma dicotomia entre "os militantes dos direitos humanos e aqueles que clamavam por eficiência policial no combate ao crime" (idem, p. 9). Segundo ele, essa "eficiência policial" dá licença para matar aos policiais, uma herança clara da época da ditadura, e acaba "produzindo o oposto do que tencionam: a impotência da segurança pública no controle da criminalidade, o aumento da impunidade, a debilidade institucional e a corrosão da imagem dos profissionais, destruindo lhes a credibilidade" (idem, p. 9). Para Balestreri:

(...) A mera denúncia (dos abusos da polícia) tem um caráter excessivamente pontual, circunscrito ao episódio e ao momento histórico em que é feita. Ajuda no fato, mas não modifica profundamente os comportamentos pessoais e institucionais e, menos ainda, transforma os valores e as atitudes. Se queremos, um dia, viver uma verdadeira 'cultura de cidadania e direitos humanos', precisamos ir além da acusação, somando esforços pela construção de um novo modelo de segurança pública (Idem, Ibidem, p. 17).

Com estas considerações iniciais, podemos pensar numa polícia que representa um braço do Estado, presente na vida da população de forma contundente, ostensiva e, por vezes, brutal. Mas, quem são os soldados que fazem esta polícia militar?

Este pano de fundo, tão difundido e historicamente associado à PM, torna compreensível que um grande número de pesquisas acadêmicas sobre a polícia se revolva em sua relação com a violência.

Um importante e extenso trabalho nesta linha foi uma pesquisa sobre policiais envolvidos em atos de violência durante os anos de ditadura militar no Brasil. Apesar de ter sido realizado no Brasil, o estudo contou com autores internacionais e foi publicado no livro *Operários da Violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras*, pela professora de Estudos Latino-Americanos e Sociologia na Universidade de Tulane, Estados Unidos, Martha Huggins (2006) - que lecionou no NEV da USP na década de 1990 - com coautoria da professora emérita de Psicologia da Universidade de Aristotle de Thessaloniki, Grécia, Mika Haritos-Fatouros, e pelo conhecido psicólogo social de Standford-EUA, Philip G. Zimbardo. Neste trabalho foram realizadas entrevistas com policiais "que haviam agredido, torturado e assassinado pessoas sob suspeita de ser subversiva durante o período militar - 1964-1985" (idem, ibidem, p.28). As questões norteadoras deste trabalho que se iniciou em 1993 e ficou pronto para publicação em inglês em 2000 foram as seguintes:

Em que medida os policiais que praticam violência extrema são essencialmente diferentes dos que não a fazem? (...) Qual o papel desempenhado pelos membros de uma unidade policial que estão menos diretamente envolvidos? (...) De que modo os supervisores imediatos de uma unidade policial contribuem para a violência por ela praticada? Qual papel desempenham membros do governo

e funcionários de alto nível da polícia na promoção da violência policial? (...) De que modo os próprios sistemas organizacionais, especialmente quando ligados a certos tipos de construções ideológicas, podem promover e desculpar atrocidades policiais? (Idem, Ibidem, p. 29).

As análises das questões acima levantadas compõem as mais de 500 páginas da publicação e não é função do presente trabalho resumi-las - o que seria uma injustiça, no mínimo, mediante a complexidade do estudo; além do mais, seria ingenuidade crer ser capaz de tal. Contudo, a menção das questões levantadas é importante, pois compõem um pano de fundo relevante para esta e outras pesquisas que vem sendo realizadas a respeito da polícia: por questões históricas e pelos dados a que temos acesso, a relação da polícia com a questão da violência torna-se quase inevitável, mas não é foco exclusivo do que tem sido realizado na academia.

A academia brasileira também pesquisa o tema. Quando a palavra chave POLÍCIA é lançada no banco de teses do site da USP, o resultado são aproximadamente 4.650 *itens* entre dissertações de mestrado, teses de doutorado e livre docência defendidas nesta universidade. Entre estes há inúmeras duplicações. Nos trabalhos originais, o tema *polícia* aparece, muitas vezes, como referência indireta - certa instituição com "poder de polícia" - ou como referência de dados para outro tema - "segundo dados da polícia" - ou pesquisada de formas variadas: com relação a crimes de tipos específico (contra mulher, racismo, etc.), do ponto de vista dos civis (ouvidorias, moradores de áreas mais pobre da cidade), das observações de sua atuação (letais ou não), de seu treinamento, entrevistas sobre serviços a eles prestados (plantão psicológico).

Dos trabalhos de fora da Psicologia - instituição que abriga a presente pesquisa - alguns chamaram a atenção e

não é por acaso¹ que eles tenham sido defendidos na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; embora houvesse trabalhos abrigados por outras faculdades dentro da USP, os citados abaixo foram os que mais aproximarem-se do tema e/ou do pano de fundo desta pesquisa. Realizaram suas pesquisas do ponto de vista dos civis, através de estudos sobre as ouvidorias da PM, Comparato (2006) e Araújo (2008). Em sua dissertação de mestrado, Luciano (2007) baseou-se na observação das ações policiais através de vídeos sobre os quais os agentes de segurança não tinham conhecimento para versar sobre “O Uso da Força não Letal pela Polícia nos encontros com o Público” (do título, Luciano, 2007). Esta mesma autora realizou sua pesquisa de doutorado sobre o treinamento de PM (2011).

Quando o mesmo banco de dados é acionado para pesquisar a expressão POLICIAL MILITAR, temos como resultado aproximadamente 1.400 itens, ocorrendo com estes as mesmas duplicações citadas no caso do verbete anterior, além de recorrências já listadas no levantamento anterior. Mais uma vez; contudo, o fato destes resultados serem oriundos de uma pesquisa sobre trabalhos relacionados com POLICIAL MILITAR não quer dizer que estes foram pesquisados diretamente. De interesse para esta dissertação, temos, novamente da FFLCH, a tese de doutorado de Almeida (2010) sobre movimentos reivindicatórios da PM, uma tese “histórica” sobre 1997.

As outras pesquisas de interesse que apareceram como resultado estão entre as doze que também aparecem quando POLICIAL MILITAR é palavra-chave para pesquisas realizadas no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

¹ Os dados do NEV, citados na introdução deste trabalho, associados aos comentários de autoridades no assunto, como o supracitado educador Balestreri, apontam para a existência de inúmeros conflitos sociais entre a polícia e a população como parte da realidade brasileira, portanto, seria esperado que as ciências sociais fossem as pioneiras em estudos que envolvessem a polícia como tema central

(IPUSP). Dentre estas, quatro podem dialogar com o presente trabalho no que tange ao tema e proposta do objetivo que será melhor delineado mais adiante. Além destes, três outros trabalhos da pós graduação em psicologia em outras faculdades apresentaram propostas de pesquisas relevantes para nosso pano de fundo (Spode, 2004; Bicalho, 2005; Alegretti, 2006).

Vamos então às pesquisas vinculadas à relação violência/ polícia, especialmente quando se consideram trabalhos que estudam diretamente os agentes institucionais de segurança pública, que a Psicologia "de fora" de nossos muros tem produzido. Em 2004, Spode, versou, em sua dissertação de mestrado, entre outras coisas, sobre a produção de subjetividade de um grupo de policiais e sua relação com o papel que ocupam. Bicalho (2005), ex Oficial Psicólogo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (2002-2006), em sua tese de doutorado em psicologia defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro apoiou-se no estudo da produção de subjetividade para examinar o conceito de Direitos Humanos de policiais militares em sua pesquisa-intervenção norteadas pelos conceitos dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari. Aqui, Bicalho faz uso de uma *Análise Institucional* para examinar o material aproveitado de um curso direcionado a policiais cujo objetivo é abordagem policial. Ele procura defender a tese de que "a lei não garante a prática porque direitos humanos e abordagem policial estão comprometidos com questões advindas do campo da produção de subjetividade" (idem, BICALHO, 2005) do resumo). Em 2006, Allegretti defendeu sua dissertação de mestrado - na Universidade Metodista - com uma pesquisa sobre o comportamento - que chama de "resposta agressiva" (do resumo, ALEGRETTI, 2005) - relacionado ao que denominou de ocorrências graves envolvendo o confronto armado ou acidentes com viaturas de PMs.

De dentro do IPUSP, Faria (2000) defendeu sua dissertação de mestrado através de um "estudo exploratório" sobre o "profissional de segurança pública" e "o desempenho de seu papel num cenário estressante, de violência e de riscos" (extraído do título, idem, FARIA, 2000). Este trabalho seguiu uma linha exploratória, através de pesquisa bibliográfica, documental e de campo através de inventários de respostas fechadas realizados tanto com os executantes operacionais (policiais de área, rodoviário e bombeiro) e dirigentes (oficiais). As questões de pesquisa que são definidas para este trabalho consideram de saída - e o que se conclui, não é diferente - que o profissional de segurança pública desempenha seu papel num ambiente tenso e violento, onde a sobrecarga emocional tem, entre outros efeitos, "comportamento inadequados e de desajustamentos sociais tanto no contexto profissional como no social" evidenciando a necessidade, então, do "provimento de suporte psicológico" por parte da própria "instituição estado" (do resumo, idem, 2000).

Este autor, que teve como objetivo, entre outros, mas especificamente no que diz respeito ao soldado da Polícia Militar: "(...) pesquisar, através do sujeito-alvo escolhido, o profissional de segurança pública policial militar, acerca das necessidades de reestruturação cultural institucional, organizacional, administrativa e operacional no sistema de segurança pública, (...) "(Idem, Ibidem, p.12). Conclui-se:

Verificou-se que o profissional de segurança pública, de maneira geral, e o policial e o bombeiro, de maneira particular, por desempenhar este seu papel atuando num ambiente caracterizado como *campo tenso*, num panorama adverso, envolvendo riscos, tensões e violência, recebe uma carga emocional constante para a qual o Estado, enquanto instituição, não vem oferecendo, na devida proporção, as condições necessárias para a manutenção de seu equilíbrio psicológico, de modo a lhe garantir a sua qualidade de vida, nesse sentido.

(...) existem outras fontes de stress, também, situacional, estas ligadas à cultura da organização, que são responsáveis por diversas manifestações de comportamento inadequado dos componentes desta. (Idem, Ibidem, p. 389-390).

Em seu trabalho de doutorado, Faria (2006), então, procurou compreender o "papel do profissional de segurança pública e dos aspectos psicossociais que participam da formação de sua identidade profissional" (do resumo, ibidem) e concluiu que, como já havia observado em sua dissertação de mestrado, o ambiente de trabalho do policial militar é um "cenário permeado por constantes mudanças, tensões, violência, confrontos sociais bem como perigos e riscos reais, em que o sujeito investido no papel absorve suas consequências físicas e emocionais" (idem, ibidem) e há, então, por conta disto "...indícios de transtornos de personalidade antissocial em parte dos sujeitos (...) o que permitiu entrever um nível de gravidade no problema, maior do que inicialmente se presumia" (idem, ibidem).

Faria não foi o único que versou sobre o sofrimento emocional do policial militar. Partindo desta questão, através de um trabalho de viés clínico - o atendimento de PMs em plantão psicológico, Oliveira (2005), defendeu mestrado com uma pesquisa que teve como questões norteadoras "o policial militar como sujeito social, o plantão psicológico e suas possibilidades de acolher o sofrimento, e a visão que o policial tem desse serviço" (Oliveira, 2005, p.37). Em um recorte Heideggeriano, a ideia de *sujeito social* considera que "o *sujeito* humano, mesmo enquanto singularidade, não pode ser tomado fora de seu mundo, de seu contexto *social*(...)O homem é o que é apenas porque é *no mundo*" (Idem, Ibidem, p.38). Concluiu que mesmo que alguns PMs não desejem ser expostos pela participação no plantão psicológico como se a busca deste serviço mostrasse fraqueza (Idem, Ibidem,p.106), o PM é

"carente de atenção" (Idem, Ibidem,p.100) e, portanto, "...o plantão psicológico oferecido à PM demonstrou pertinência como forma de acolhimento ao sofrimento dos policiais em questão. (do resumo, Oliveira, 2005)".

Embora não tenha entrevistado agentes de segurança pública, Silva (2009) realizou um levantamento de dados em sua dissertação de mestrado da "produção científica com temática relacionada à atividade do policial militar" com especial atenção à incidência de estudos cujo tema relaciona-se ao trabalho do policial como precipitador [sic] de sofrimento psíquico e implicações na saúde mental do trabalhador" e concluiu que "quando se analisa a produção científica formal e acessível à comunidade acadêmica (...) os resultados ainda são diminutos se comparados à relevância do tema. (do resumo, Silva, 2009)

A intenção deste breve levantamento de dados não é quantitativa, mas de traçar um panorama das pesquisas sobre objetos de estudo similares ao desta - policial militar - para apresentar um recorte contextual onde o presente trabalho se insere. Ademais, através deste levantamento de dados é possível notar, entretanto, que há um movimento das pesquisas acadêmicas no sentido de olhar para o PM como um indivíduo, para além da instituição; que este movimento parte de questões que relacionam o trabalho do policial com as questões da violência; com a novidade do acréscimo de considerações sobre o sofrimento emocional deste agente institucional e, apesar disto, ainda há poucas pesquisas no tema, sobretudo as que caracterizam as marcas da violência desse trabalho em relação à corporação, à população e ao próprio policial.

2. Objetivo

2.1 A história deste objetivo:

Este objetivo surgiu de uma suposição. Suposição de que havia uma dicotomia quando se falava da polícia: de um lado, um grupo a defendendo quando esta agia de forma truculenta, *matando bandido*; e de outro, uma academia que a *julgava e condenava* e que *só estudava o outro lado*, do infrator. Parecia algo como o representado nas reportagens que abriram este trabalho; num momento a condenação pelo mesmo ato que em outro nem sequer é problematizado: *atirar, ferir, matar*.

Às vezes, as suposições podem se tornar realidade, mas nem sempre totalmente como as supomos. A tal dicotomia, entre “os militantes dos direitos humanos e aqueles que clamavam por eficiência policial no combate ao crime” (Balestreri, 2003 p. 9) está registrada por um ex-secretário nacional de segurança pública, logo não deve ser novidade nem pouca coisa. Uma pesquisa importante sobre *policiais* partiu direto dos “*policiais torturadores e assassinos*” (Huggins, et al. 2006), a academia tem o seu viés. A polícia matou 68, só no primeiro semestre de 2010 no Estado de São Paulo (NEV, CASOS-2011). A *polícia* faz diversas coisas e dela se diz outro tanto; é verdade, um tanto tão intrincado com a questão da violência, de produtora a autora. E o policial?

A suposição continuou querendo saber o que o *policial* tinha a dizer sobre isso, como se, ainda na suposição, a justiça estivesse sendo feita no final das contas. E o que se descobriu, com uma pesquisa muito real pautada nos moldes e padrões das ciências humanas, é que o *policial* tinha muito mais a dizer. Assim, o objetivo que se tornou real, não podia seguir outro caminho a não ser aceitar os desafios da pesquisa e propor-se simplesmente a estudar este indivíduo policial militar através das questões que ele lhe mostrasse.

2.2. Objetivo:

Orientado por uma proposta metodológica específica, este trabalho teve como objetivo estudar os efeitos de reconhecimento e desconhecimento das relações no trabalho que permeiam o discurso de um grupo de soldados da polícia militar: como estes falam de seu trabalho e através desta fala posicionam-se e posicionam sua clientela e sua hierarquia. Por conta do levantamento de dados realizado no capítulo anterior - dados levantados por pesquisas acadêmicas, núcleos de estudos, órgãos oficiais do governo e mídia -, buscou-se também analisar que lugar a violência ocupou neste discurso.

3. Método

Não se trata de dar voz a ninguém, mas de, como disse Dominique Maingueneau em prefácio para o livro *A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade* de Marlene Guirado, de ouvir a "ação que se exerce através da língua em situações definidas institucionalmente" (Guirado, 2010, p. 17). Escutar a fala que falam estas pessoas de dentro da prática institucional.

Por estas vias, podemos, enfim, falar deste norte conceitual/metodológico, a Análise Institucional do Discurso, método de pesquisa em psicologia defendido por Marlene Guirado em sua livre docência em 2009, fruto de anos de entrecruzamentos com a psicanálise freudiana, as noções de sujeito, poder e discurso de Foucault, o conceito de instituição de Guilhon de Albuquerque e de discurso de Dominique Maingueneau. Obviamente que algo que já foi defendido não cabe nova defesa. Contudo, algumas considerações metodológicas no que tange ao objetivo desta pesquisa se fazem pertinentes. Vamos a elas.

A primeira coisa que se deve notar é que este não é um método que se aplica em pesquisa, mas é todo um norte que orienta seu fazer do começo ao fim tornando-se parte de seu contexto. É como se ele fosse renovado a cada pesquisa, renegociado com os elementos daquele grupo de pessoas, suas falas, seus lugares e os lugares atribuídos a quem *faz* a pesquisa. Assim, esta pesquisa insere-se num *dispositivo metodológico* num *certo modo de produzir ... psicologia* chamada Análise Institucional do Discurso (Guirado, 2010).

Segundo Galvão e Serrano (2007):

a originalidade e a importância dessa abordagem teórica e metodológica para nossa área relaciona-se com uma perspectiva precisa de leitura institucional - isto é, uma compreensão da vida institucional como matriz de toda subjetividade - articulada a uma concepção específica de análise e de discurso. (p. 22)

Neste entrecruzamento conceitual, trabalhamos com as

seguintes leituras de alguns conceitos:

1. Instituições:

...práticas ou relações sociais que se repetem e se legitimam, na ação mesma de seus atores; são seus efeitos de reconhecimento e desconhecimento que dão o caráter de legitimidade, de naturalidade; ao que é instituído. (Guirado, 2010, p. 26),

Da proximidade da sociologia como proferida por Guilhaon Albuquerque.

2. Objeto Institucional: "as relações tal como percebidas, imaginadas, pelos que as fazem, concretamente" (Op. Cit., p.25). Este conceito, dá proximidade da psicanálise possível na medida em que se toma instituição como o mencionado acima;

3. Da análise do discurso francesa,

tomamos os conceitos de gênero de discurso, comunidade discursiva e cena enunciativa que nos permitem pensar a linguagem como discurso e, este, como ato de fala cujo sentido só se pode apreender pelo contexto em que se produz, pelo dispositivo social que o matricida. (Op. Cit. p.26).

Assim como dialogado com Dominique Maingueneau.

4. Dos estudos de Foucault (1971, 1979, 1980, 1984, 1995), "a concepção de discurso como ato, como instituição, que circula e que é, ao mesmo tempo, alvo de relações de poder, e que se coloca como a maquinaria de produção de saber, de verdades e de subjetividades." (Op. Cit. p. 25-26)

Noções tão caras a este método quanto populares nas ciências humanas com suas mais variadas explicações (outras). Este método de pesquisa pretende produzir um sujeito atravessado por dobradiças conceituais acionadas por uma estratégia de análise do discurso (Ribeiro, 2007) que, portanto, não tem como não ser institucional. Um soldado policial militar que no seu discurso repete o discurso institucional e torna viva a instituição ao mesmo tempo em que expõe pedaços de si, atravessados na fala por

estas histórias posicionando, ao mesmo tempo, a instituição de onde fala, quem fala e a quem fala. Faz isso não só através do que fala, mas tanto quanto através de como fala.

4. Instituição em Estudo

Esta pesquisa tem como norte conceitual e metodológico, então, a Análise Institucional do Discurso e, desta forma, pressupõe uma instituição em estudo.

A instituição escolhida é a Polícia Militar do Estado de São Paulo [PMSP]. Numa espécie de "autodescrição" a instituição se apresenta como um grupo de atores institucionais demarcados em seus papéis e posições, e assim nos convida a ensaiar uma análise como prelúdio aos textos analisados na pesquisa²:

A Polícia Militar é hoje uma Organização **fardada, organizada** militarmente, **subordinada** ao Governador do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e do Comando Geral da Corporação, e que presta seus serviços dentro do **rigoroso cumprimento do dever legal**.

Por ser um corpo militar, dispõem de meios e ferramentas para **coibir excesso** no seio da tropa, fatos esses a que nenhuma organização está imune, mas que, dada a **reação draconiana aplicada aos infratores**, inibe e desestimula atitudes antissociais. A **maior prova** disso é a correta apresentação das **estatísticas** pela Corporação, incluindo os **desvios de seu pessoal e as punições sofridas pelos maus**.

A tropa da Corporação tem contribuído com sua **quota de sangue**, perdendo pessoal em mortes e em casos de invalidez, **enfrentando incompreensões e injustiças**, lutando contra faltas de efetivo e, por vezes, de meios, mas tem deixado **sua marca positiva nos corações dos paulistas que amam sua terra**, que desejam um futuro melhor, e que comungam conosco do **ideal de uma pátria grande e feliz** (PMSP, 2011, negritos meus).

Ensaieemos. O que se apresenta neste discurso é um grupo "fardado, organizado", mas "subordinado dentro do rigoroso cumprimento do dever legal" e que busca "coibir excesso" com "reação draconiana aplicada aos infratores" sendo a "maior prova" disto as "estatísticas" dos "desvios de seu pessoal e as punições sofridas pelos maus" ainda que tenha "contribuído" com sua "quota de sangue" e ache que tenha "enfrentado incompreensões e injustiças" embora acredite ter uma "marca positiva nos corações dos paulistas

² Ainda que o objeto das análises não sejam textos oficiais propriamente ditos e que a autodescrição da instituição apresentada abaixo seja um recorte

que amam sua terra" e que têm o mesmo "ideal de uma pátria grande e feliz".

Para o "rigoroso cumprimento do dever legal", a polícia militar é prescrita na Constituição Federal (1988) no Capítulo III, que trata sobre segurança pública:

Art. 144 - A segurança pública, **dever do Estado**, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a **preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio**, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;
II- polícia rodoviária federal;
III - polícia ferroviária federal;
IV - polícias civis;
V - **polícias militares** e corpos de bombeiros militares. (negritos meus)

Dispõem sobre a polícia militar os parágrafos seguintes:

§5º Às polícias militares cabem a **polícia ostensiva e a preservação da ordem pública**: aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe as atividades de defesa civil.

§6º As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reservas do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Sendo a segurança pública "dever do Estado", vejamos o que diz dela a Constituição do Estado de São Paulo (1989):

Art. 139 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio.

§1º - O Estado manterá a Segurança Pública por meio de sua polícia, subordinada ao Governador do Estado.

§2º - A polícia do Estado será integrada pela Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

§3º - A Polícia Militar, integrada pelo Corpo de Bombeiros, é força auxiliar, reserva do Exército.

Art. 141 - À Polícia Militar, órgão permanente incumbe além das atribuições definidas em lei, **a polícia ostensiva e a manutenção da ordem pública**.

§2º - Lei Orgânica e Estatuto disciplinarão a organização, o funcionamento, direitos, vantagens e regime de trabalho da Polícia Militar e de seus integrantes, servidores militares estaduais, respeitadas

as leis federais concernentes. (negritos da autora)

A repetição causa efeito de importância, que não seja esquecido, “à polícia militar cabe à polícia ostensiva e a manutenção da ordem”. Qual a história desta polícia cuja responsabilidade é de “preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio”? Uma breve descrição se segue.

Em sua origem tanto grega (*politeia*) quanto latina (*politia*), a palavra POLÍCIA vem com o sentido de governo. Ao longo do tempo, contudo, POLÍCIA veio representar a ação do governo para a manutenção da ordem e em proteção dos indivíduos. E foi com este sentido que, em 1530, a polícia chegou ao Brasil na figura de Martin Afonso de Souza: para organizar a vida social e promover a justiça da forma que achasse melhor. Uma série de modificações na corporação culminou com a criação no início do século XIX do cargo de Intendente Geral de Polícia, responsável pela organização da instituição em suas diversas seções. Após a independência do país, foram criadas leis para regulamentar o Código de Processo Criminal e criar em cada província um chefe de polícia com delegados e subdelegados instituindo-se assim uma hierarquia mais clara e regionalizada. Até então, entretanto, JUSTIÇA e POLÍCIA confundiam-se, tendo sido finalmente separadas em seus papéis institucionais em 1871 (Secretaria do Estado da Segurança Pública, 2011).

A descrição acima é oriunda do *site* do Governo do Estado de São Paulo. Já o *site* oficial da Polícia Militar do Estado apresenta outras reflexões quanto à origem da POLÍCIA. Citando Aristóteles, afirma-se que por ser um animal gregário, o ser humano está à mercê dos conflitos advindos da vida em sociedade. Portanto, faz-se necessária a criação de regras e de algum mecanismo para administrá-las. Se na sociedade tribal o chefe do clã dava conta do recado, com o crescimento da sociedade “passa a ser

imperiosa a ação de agentes de coerção mais eficazes” surgindo assim esta organização a que chamamos de POLÍCIA como criação do grupo para a manutenção da coesão social e garantindo o bem comum. Crê-se aqui numa instituição universal de uma forma ou de outra e cuja compartimentação representa apenas ramos de um mesmo setor do Estado com a função final de manutenção da ordem das coisas sendo que no Estado de São Paulo é a Polícia Militar que exerce esse papel de forma mais extensiva (PMSP, 2011).

A história da polícia no Brasil, apesar das ordens de um governo central, aparece com uma característica bem regional. São Paulo, por exemplo, tem como data de criação de SUA Polícia Militar o dia 15 de Dezembro de 1831 com a inauguração do Corpo de Municipais Permanentes “composto de cem praças a pé e trinta a cavalo”. Ao longo do século XIX, a Polícia Militar recebera muitos nomes até ser finalmente denominada de Força Pública. Neste período, participou de quase todos os conflitos em que o país esteve envolvido, desde a Guerra dos Farrapos (1838) até a Guerra do Paraguai (1865/1870). No século XX, a Força Pública continuou intervindo em “serviço da população e do Poder constituído” em situações em que a ordem era ameaçada. Além disso, teve participação na Segunda Guerra Mundial não só no patrulhamento de fronteiras, mas nos campos de batalha da Europa constituindo a Polícia do Exército com efetivos da Guarda Civil – corpo policial criado em 1926 a princípio em função e posteriormente incorporado à Força Pública em 1970 para formar o que é hoje a Polícia Militar do Estado de São Paulo; atualmente contando com um efetivo de aproximadamente 85.000 pessoas “fiel ao lema que ostenta em seu brasão: LEALDADE E CONSTÂNCIA” (PMSP, 2011). O grau de participação durante o governo militar de 1964 até 1981 não é citado nos sites oficiais, embora será mencionado adiante por um dos entrevistados.

Sobre sua organização:

Em termos de organização institucional, a Polícia Militar Estadual é dirigida por um Comandante Geral; abaixo dele, encontra-se o Sub-comandante Geral. Ligados e subordinados a eles estão todos os Órgãos de Apoio (diretorias), os Comandos de Policiamento (Capital, Grande São Paulo e Interior), o Corpo de Bombeiros e os Órgãos Especiais (Grupamento Aéreo, Comandos de Policiamento Ambiental, Rodoviário e de Choque). Em cada um destes órgãos e comandos há uma estrutura administrativa própria. (FARIA apud OLIVEIRA 2005)"

Que se segue abaixo segundo descrição realizada por Oliveira (idem, op cit):

A escala hierárquica da Polícia Militar obedece, em ordem ascendente, a seguinte configuração: *soldado, cabo, terceiro sargento, segundo sargento, primeiro sargento, sub-tenente, segundo tenente, primeiro tenente, capitão, major, tenente coronel e coronel*. A distribuição de autoridade revelada por esta escala permeia as relações que acontecem dentro da instituição em quase todos os momentos. O ato de "bater continência", reverência obrigatória sempre que um policial militar encontrar outro de maior graduação (ou mais velho), é exemplo disso. Ao iniciar todo contato entre dois policiais de nível hierárquico diferente, a "continência" mostra que, neste instituição, nenhuma relação pode sequer se iniciar sem que ambos expressem o reconhecimento e a aceitação da desigualdade hierárquica (nesse sentido, como uma observação advinda do próprio contato com os policiais militares, vale notar que o ato de continência é sempre iniciado pelo policial de nível hierárquico inferior). (Idem, Ibidem, p.56-57)

Esta é a instituição estudada, num determinado nível, através de seus agentes que têm contato direto com a população, de acordo com procedimento descrito a seguir.

5. Procedimento

O contato desta entrevistadora com a instituição objeto de estudo percorreu estes caminhos hierárquicos para obter autorização a fim de realizar a pesquisa no local desejado. Uma carta formal foi enviada ao Comandante Geral da polícia militar estadual através do Centro de Assistência Social e Jurídica (CASJ)- local onde podem ocorrer acompanhamentos psicológicos a PMs envolvidos em ocorrências graves - e, finalmente, o tenente-coronel responsável por um dos Batalhões pertencente ao Comando de Policiamento de Área onde esta pesquisa se realizou, oficializou a autorização para que as entrevistas acontecessem em uma de suas companhias (deste Batalhão, neste caso, contendo cinco companhias da polícia militar).

Foram entrevistados dez soldados da Polícia Militar de uma mesma Companhia - podendo-se concluir então que eram do mesmo Comando de Policiamento de Área³ e Batalhão - da cidade de São Paulo. Foram nove homens e uma mulher, dois soldados do turno da noite e o restante da manhã (incluindo a única mulher) segundo tabela abaixo:

³ Comando de Policiamento de Área da capital. “Os comandos de Policiamento estão divididos segundo as zonas da cidade (leste, oeste, centro, sul e norte), o que implica que tenham sob sua responsabilidade áreas bastante grandes e complexas. Para tornar viável a administração do policiamento de áreas tão extensas, os Comandos estão sub-divididos em Batalhões, e este, em Companhias.” – OLIVEIRA, 2005, p.58

Entrevista	Nome*	Tempo na PM	Duração entrevista ***
1**	Rodrigo	12 anos	16' 42"
2	Renato	6 anos	40' 58"
3	Elza	4,5 anos	17' 39"
4	Miro	15 anos	24' 17"
5	Diego	4 anos	35' 22"
6	Paulo	7 anos	28' 42"
7	Miguel	13 anos	22' 55"
8	Flávio	4 anos	29' 48"
9	Laércio	5 anos	20' 15"
10	Cleber	8 anos	18' 51"

* Nomes fictícios

** Entrevista parcial - problemas técnicos - duração inicial de 1h14min

*** 'minutos / "segundos

Cada indivíduo foi entrevistado individualmente em sala da corporação durante o expediente de trabalho através do aviso do capitão que "a psicóloga" estava lá e que quem pudesse poderia vir dar entrevista. A psicóloga então se apresentava, a si e à pesquisa, aos potenciais entrevistados e estes escolhiam permanecer para a gravação ou não. Uma pessoa não quis dar entrevista e outras quatro não puderam fazê-lo por falta de tempo. A cada entrevistado foram feitas as mesmas questões-chave segundo roteiro abaixo:

1. Conte-me um dia de trabalho seu, desde a hora que você chega até a hora que você sai.
2. Conte-me alguma situação ou atividade durante essa sua rotina que você considera mais difícil ou mais complicada.
3. Conte-me alguma situação ou atividade durante essa sua rotina que você considera mais fácil ou menos

complicada.

4. Conte-me alguma situação que considere mais característico do que é ser PM, do seu trabalho. Dê algum exemplo.
5. Conte-me a situação mais marcante que você já viveu como PM.
6. Há alguma influência externa no seu trabalho de PM?
7. Há alguma influência do seu trabalho de PM na sua vida fora daqui?
8. O que é ser PM pra você?

Outras perguntas, a título de esclarecer a questão da entrevistadora ou detalhar mais as respostas dos entrevistados, foram feitas. Rodrigo, o primeiro entrevistado, foi o único que não partilhou deste roteiro por ter feito parte de uma entrevista livre, sem roteiro pré-estabelecido, experimentalmente. Sua entrevista é mantida nas análises pelas seguintes razões: esta pesquisa não é quantitativa, ou seja, não se quer inventariar respostas específicas para determinadas perguntas e, mesmo não seguindo este roteiro, o tema de sua entrevista - assim como as outras variáveis envolvidas - são as mesmas dos outros entrevistados; logo, o discurso produzido nesta ocasião também pôde compor o discurso das análises.

O tempo de duração de cada entrevista variou por conta das características da interação entrevistadora-entrevistado no momento de cada entrevistas, mas nenhuma pergunta deixou de ser feita e esclarecimentos foram feitos quando necessário.

Para configurar este *sujeito soldado policial militar*, foi analisado o discurso gravado e transcrito destas entrevistas. Esta análise baseou-se na complementação abaixo do que já foi citado de Maingueneau, que:

(...) a posição do falante é concretamente a ocasião da produção de sentidos, expectativas de reação no parceiro/ interlocutor (...). (...) um 'lugar no discurso' é suficiente para se dizer da relação que num intercontexto se constitui (Guirado, 2007) p. 17)

"Posição do falante", como fala - na "ocasião da produção de sentidos..." - com a entrevistadora. A entrevistadora, mulher, psicóloga, da USP. Mulher nitidamente grávida na ocasião das entrevistas. Dado que merece menção por ocasião da potencial produção de certos tipos de discursos. Nesta mesma perspectiva metodológica, a entrevista é um gênero discursivo, um dispositivo que como qualquer outra prática institucional supõe correlação de forças onde sujeitos posicionam-se e objetivam-se. Posto isto, a relação de/em entrevista, no discurso gravado e transcrito, deverá ser ocasião de análise.

Não seria demais repetir que a análise como inseparável do método norteador, abrange também a ideia de *instituição* à medida que:"(...) a circulação de um discurso supõe rituais e comunidades que o creditam e que reproduzem de seu interior efeitos de reconhecimento e desconhecimentos das verdades que desse e nesse modo se constituem (Id. Ibid. et. seq.)".

Não será, então, de se surpreender que haja tantas repetições temáticas e de modos de falar; *um jeito PM de falar*. Também é por conta disto que este discurso é passível de reorganização para mostrar sujeitos. Estes sujeitos-dobradiça que falam "ao mesmo tempo dos autores das cenas enunciativas e das condições de enunciação" (Guirado *apud* Galvão & Serrano, 2007, p. 29) só podem, de acordo com Ribeiro (2007), ter "a subjetividade (...) pensada numa chave analítica que inscreva, constitutivamente, práticas institucionais" (p. 248) e cujo acionamento se dá na e pela análise do discurso.

Dentro desta análise institucional do discurso, buscou-se:

(...) os sentidos que nessas redes discursivas o sujeito falante desloca, condensa, reconstrói, interdita e assim por diante com as possibilidades de reconstituição de um discurso em outro para deixar nu o que é mais controvertido: a relação entre a natureza do texto, sua análise e o sujeito que, a partir dela, desenha-se (GUIRADO, 1995, p. 66-67).

Este discurso de que falamos aqui é uma forma de posicionar-se. A partir da análise, *reconstitui-se e redesenha-se*. Da tradição pragmática francesa, não parte de uma categoria *a priori* onde o discurso é uma parte da realidade de onde destacamos um pedaço (Id., 2007. Segundo Maingueneau *apud* Guirado, 2000) a realidade mostrada no discurso é:

... uma abordagem da linguagem... uma realidade que pertence a outra ordem, diferente da ordem morfológica [e] (...) não é a expressão do pensamento de um sujeito que utiliza a linguagem como instrumento, mas entrar nesta instituição que domina o sujeito (p.22)

O discurso é ato, onde o sujeito é construído historicamente e na configuração da cena discursiva que é atravessada tanto pela história da instituição quanto do indivíduo. Não é transparente porque há um posicionamento do indivíduo, mas não é um sujeito escondido e encontrado; seu discurso não é interpretado, mas analisado institucionalmente no que mostra de seu fazer concreto. Não há caminhos traçados, mas negociados (Guirado, 2010).

O objeto da análise do discurso foi a articulação entre a o texto e o lugar social, no caso a PM. Por isso, a noção de gênero do discurso de Maingueneau também nos serviu de norte: "Um gênero do discurso é um dispositivo social de produção e de recepção do discurso (...); um acontecimento social e uma certa organização verbal; a

articulação dos dois é o núcleo da análise do discurso” (apud: Guirado, 2000, p. 24).

Esta análise do discurso, nos reconhecimentos e desconhecimentos mostrados em ato, configurou-se ao redor dos seguintes agrupamentos: a configuração da clientela; a forma como a hierarquia apareceu na fala; a posição do “mediante”, e a condição de ser e estar policial que estas pessoas nos mostraram a partir disto.

6. Análise

6.1. Clientela: as “pessoas”

6.1.1: Sujeitos de Humores: a marca das ocorrências

O trabalho do PM se apresentou marcado pelos humores das pessoas atendidas. E, estas, configuraram-se como pessoas num “bom dia” e pessoas “totalmente transtornadas” para Renato, por exemplo:

[Renato] ...às vezes você pega uma pessoa que tá num bom dia, né, mesmo o cara que batendo o carro dele, a pessoa tá tranquila, de repente você pega uma pessoa bate o carro e tá totalmente transtornada e começa a até a achar que você policial é culpado...

Pessoas que Renato “pega” “tranquilas” ou “culpando você policial”.

Para Elza, é o humor das pessoas que também indica o grau de dificuldade das ocorrências. Perguntada sobre um exemplo de ocorrência difícil:

[Elza](...) A gente chega lá tá todo mundo alterado, você tem tipo uma faca, e então e ninguém quer ceder e, né, e a gente tem que lidar com uma atitude assim, aí a pessoa já vai contra você, (...)

A dificuldade aqui está em “ter” de “lidar” com uma “atitude” desta “pessoa (que) já vai contra você”, “todo mundo alterado” onde “ninguém quer ceder”; ou seja, a dificuldade está na relação da clientela com a PM. Paulo também mostra isso na sua fala abaixo, logo no início de seu relato a respeito de sua rotina:

[Elza] Primeiramente (inaudível) a partir do momento que você sai de casa pra vim trabalhar, tal, a gente mora no interior, leva quatro horas pra chegar, é estressante.
(...)

[Entrevistadora] Mas é estressante por causa da distância, ou...?

[Elza] Distância também, em relação ao estresse de dirigir.

[Entrevistadora] U-hu.

[Elza] Além de você resolver os seus problemas particulares você tem que resolver os problemas particulares de outras pessoas.

[Entrevistadora] U-hu

[Elza] E nem todo mundo entende.

“Estressante” e a não compreensão das “outras pessoas” cujos problemas “você tem que resolver” estão diretamente associados ao dia a dia de Paulo marcando o nível de estresse da ocorrência.

Da mesma forma, Laércio não acha que tenha *dificuldades* no seu trabalho, ou estresse, mas há “pessoa [que] não entende”:

[Laércio] Às vezes atrapalha porque algumas divergências que você vai atender, não é que você se estressa, mas você acaba tendo que respirar um pouco mais fundo dependendo da situação porque você que a pessoa não entende o que você tá falando e (), e insiste em uma coisa que não tem fundamento. Não é que você se estressa, mas você acaba tendo que respirar um pouco mais fundo pra não, entendeu? Porque você tá explicando, a pessoa não tá entendendo; você tá explicando e a pessoa não tá entendendo, você respira um pouco mais fundo e tenta, de outra forma, outros caminhos, pra que ela entenda.

“Não é que você se estressa”, é apenas que você *tem* que “respirar um pouco mais fundo”. Várias vezes Laércio *tem* que fazer isso. Essa repetição parece ser o índice que na fala de Laércio mostra o tamanho do desagrado que a situação lhe causa; o contato com uma clientela que não é capaz de o entender. A situação se repete e ele se repete em seus atos para, ao que parece, manter a relação em níveis aceitáveis; “você respira um pouco mais e tenta”.

Para Miro, a facilidade em seu trabalho não se relaciona diretamente ao humor das pessoas, mas, também, na relação direta com elas, ou melhor, relaciona-se a um

contexto específico em que o contato com elas se dá.

[Entrevistadora] E, bom, agora um momento ou uma atividade que você considera mais fácil no seu dia a dia.

[Miro] Um, mais fácil?! Ah, o mais, não diria mais fácil, mas eu tenho prazer em trabalhar no policciamento comunitário. Porque, trabalhando assim, você convive com pessoas, eu gosto de trabalhar com pessoas e ver que tá tudo bem. Então a gente preservando assim a boa convivência, sabendo que tá tudo bem pra mim eu acho o mais fácil. Porque eu não tenho problema de parar, de conversar, fazer amizade, eu gosto disso aí.

“Não diria mais fácil”, mas, para além disso, dá “prazer” a modalidade de policiamento que exerce porque “você convive com as pessoas (...) preservando (...) a boa convivência”. Coisa que não é “problema” para Miro, “parar, conversar, fazer amizade”. Aqui, o contexto da modalidade de policiamento comunitário favorece esta resposta. Contudo, vejamos que, de qualquer forma, a clientela e sua conduta (adversa ou não) é que são apontadas como pontos de pressão para o estresse que ronda o trabalho que o PM descreve.

No exemplo seguinte, a questão era sobre uma “situação bem representativa do seu trabalho, um bom exemplo”. A resposta de Elza parece indicar uma ideia de “bom” que, novamente, é determinado não pelo tipo de ocorrência em si, mas pela clientela:

[Entrevistadora] E tem algum, você lembra alguma situação que você passou no seu trabalho como PM que você acha que seja bem representativa do seu trabalho, que seja um bom exemplo do que você faz?

[Elza] ...Tem, é, as pessoas, tipo o reconhecimento das pessoas, né, da população. De repente vir agradecer (...) então assim, acho que é um reconhecimento da população, (...)

“Situação” é “as pessoas”, o ato do “reconhecimento das pessoas, da população”, o “vir agradecer”; com as

peças marcando o fazer do policial. Neste discurso, pessoas que "respeitam a polícia", ou "agradecem" são associadas aos "bons exemplos".

Miguel, a quem o "momento mais marcante" na carreira de treze anos relaciona-se com as amizades que fez, segue também assim:

[Entrevistadora] "Uhum. Nesse seu tempo como policial, qual foi a situação mais marcante pra você?"

[Miguel] Marcante? (...) Então nesse trajeto que eu tenho treze anos, o que eu peguei de bom foi amizade e conhecimento."

Situação mais marcante foram "as amizades e conhecimentos" que "pegou". Respondeu a questão de "uma situação representativa" da mesma forma:

[Entrevistadora] (...) tem alguma situação que você lembra que você pode me contar e que você considera mais característica do que é ser PM, do seu trabalho? Alguma ação sua que represente bem o que é ser PM?

[Miguel] É aquela atendimento que quando você vai, a pessoa ela parabeniza você pela, pelo seu profissionalismo, pela maneira como você chega na ocorrência, "bom dia, boa tarde, boa noite", você chega na ocorrência, por mais tumultuado que tá, você é imparcial, você escuta todas as partes."

A situação que Miguel "pode me contar" que "considera mais característica do que é ser PM" é uma situação onde ele é "parabenizado" por fazer seu trabalho com "profissionalismo". E, isto quer dizer, antes de tudo, os "bom dia, boa tarde, boa noite". O PM trabalha para garantir o *bom humor* da clientela, que se reverte em reconhecimento de seu trabalho, ou dele, como policial.

Na sequência do trecho citado; entretanto, os humores da clientela servem à uma análise interessante de Miguel:

[Miguel] você chega na ocorrência, por mais tumultuado que tá, você é imparcial, você escuta todas as partes(...) Você faz o seu serviço na imparcialidade e na legalidade. (...) eu chego na ocorrência e eu escuto as partes, não as testemunhas. (...) E dou total

liberdade pros dois desabafarem o que tá acontecendo. Não dando resultado no momento, trago pro DP e apresento pro delegado de plantão, (...) Aí cabe ao delegado.

[Entrevistadora] Quer dizer que você faz também um pouco uma mediação? Antes de, você não traz tudo pra delegacia.

[Miguel] Isso, exato, exato. Veja bem, a ocorrência, você no primeiro contato dela você já sabe quem é a parte truculenta, que é a parte que tá certa, a pessoa que é barraqueira no palavreado vulgar né, aquela que tá querendo arrumar encrenca, (...) Aí você começa a colher dados, dados, dados, até chegar "ó, vai você e vai você pro DP", (...) vem quem quer, vem que não tem medo de se locomover. Quem tem o seu carro, vem com seu carro, não tem problema nenhum não.

Oscila-se na tênue linha divisória do trabalho de policiamento e do julgamento. Por um lado, busca-se algum "resultado", mas a última palavra "cabe ao delegado". Além disso, busca-se a imparcialidade, mas ao chegar na ocorrência, "você no primeiro contato dela você já sabe quem é a parte truculenta, que é a parte que tá certa". Há uma enumeração que por repetição qualifica a parte truculenta "que" - pronome relativo que introduz uma oração subordinada adjetiva - é a que está certa. Nota-se esta "parte" da/na ocorrência que parece definir-se mais nitidamente num modo de falar que indica uma atenção especial a este tipo de pessoa.

O momento *representativo* para Diego, também é determinado pelo contato com a clientela, mas, como em outras falas, é no retorno que este "representativo" ganha um caráter positivo. Vejamos:

[Diego] Representativo...Positivo ou negativo?

[Entrevistadora] Tanto faz.

[Diego] Tanto faz...ah, positivo quando você consegue o seu êxito de pegar o bandido ou você libertar uma pessoa, é, você encontrar, por exemplo, o carro roubado de uma pessoa e, (...) Você encontra, devolve pra pessoa, a pessoa não sabe o que faz pra te agradecer. É

algo assim que é bem prazeroso. Isso. Uma pessoa tá em perigo, com uma coisa do tipo, acabou de ser roubada, você chega...parece que quando ela te vê ela até relaxa os músculos porque tá tranquila porque você chegou.

O retorno é o agradecimento desmedido; é o prazer de perceber a confiança que inspira em sua chegada; é sua imagem de quem salva do perigo. É o mito do herói.

6.1.2: Sujeitos algozes: PM alvo de olhares

Em vários momentos das entrevistas, no entanto, os PMs assumiram papéis de vítima desta clientela; exatamente pela visibilidade ou a força de sua imagem, acabam tornando-se o alvo. Em alguns casos eram alvos de críticas injustas; ou de humilhação e abuso de poder por parte de uma parcela da população que reconhecia como privilegiada na relação de poder; e alvos, "arriscados" da própria vida no seu fazer de PM que lhes levava a ter que esconderem-se.

No depoimento de Elza a crítica (injusta) da clientela se configura aqui:

[Elza] Ai...ser PM...é uma responsabilidade muito grande porque você é às vezes a vidraça, né, as pessoas, é, tira por você a instituição, né, às vezes acaba generalizando muita coisa, (...) eu penso que policial tá aí é pra ajudar, né, pra ajudar a população, (...) e não é só essa instituição repressora (...)

A crítica injusta é marcada pela "generalização", quando são tomados pela instituição como uma vidraça, na transparência, o PM deixa entrever a PM.

A "vidraça" é retomada por Paulo, no extrato abaixo:

[Paulo] Todo mundo fala, a polícia, não vai falar do policial. Fala da polícia. Então, muitas pessoas que tão aqui dentro, pagam por essa manchete, não é aquela pessoa que fez. São as outras que tão aqui dentro.

[Entrevistadora] Pagam como?

[Paulo] É, é mal vista, né.

[Entrevistadora] Só por ser mal vista?

[Paulo] Mal vista, cê entendeu? "Você é um policial, você viu o que que polícia fez lá?". Não vai falar da pessoa, vai falar da polícia. A pessoa já olha, "o polícia, o que a polícia fez lá."

Paulo, diferentemente de Elza, não ressalta "o lado bom da Polícia". Apenas sugere que ele pode ser mal visto porque quem o vê não o distingue das "outras" (pessoas) que estão dentro da PM. Ou seja, ele busca se diferenciar da PM.

Em outro momento, Paulo, novamente, aponta os equívocos da população quanto aos "deveres" da polícia. Mas nesse caso, a PM, efetivamente, ao seu ver, não tem que dar conta da demanda. Só lhe resta se deixar culpar por não resolver o que não era de seu escopo. "Entendeu?":

[Paulo] Não é o trabalho da polícia resolver. Como outros também não são trabalho da polícia. Mas só que a população só lembra da polícia. Vamos supor, uma falta d'água, a polícia é culpada, entendeu? Oh, o médico não vai trabalhar, a polícia é culpada, então são vários fatores, é, que vai tudo pra polícia. Sem ser da função dela acaba sendo a polícia a resolver.

[Entrevistadora] Resolver ou ser culpada?

[Paulo] É, resolver e ao mesmo tempo ser culpada. Porque você tem que chegar lá, resolver a situação e ao mesmo tempo a população fala que você não faz nada, você entendeu? Sendo que não é uma função sua.

Cleber, por sua vez, mostra numa mesma fala este posicionamento em relação a uma clientela que "respeita" e uma que vê a polícia de "maneira errada"; outra ainda que associe o PM à imagem negativa da instituição:

[Entrevistadora] (...) E ser PM influencia lá fora pra você?

[Cleber] Sim, em alguns momentos na parte positiva né, e em alguns momentos na parte negativa né. (...) Na parte positiva, é que é assim, (...), a gente é bem visto como profissional do Estado, é uma pessoa de respeito né,

que tá dentro da corporação. E a parte negativa é que a polícia, infelizmente pra alguns, é vista de uma maneira até que errada né. Por falta de conhecimento até, da corporação. Então através da mídia, que é divulgado muitas coisas negativas, as pessoas associam a você coisas negativas da corporação, associam à sua pessoa e isso acaba até, prejudicando um pouco seu convívio com as pessoas né."

Ou seja, ainda que seja a mídia quem divulgue, há "coisas negativas na corporação". E sobre isso, vale citar o que mostra seu discurso abaixo:

[Cleber] "Ah uma falha, uma ocorrência policial, que isso acontece em qualquer trabalho, uma falha dolosa ou culposa, acaba sendo ênfatizada pela mídia. Ao invés de, é, ver os pontos positivos daquele fato, acaba batendo só na tecla negativa né. E aquele fato, ele pra sociedade, acaba sendo generalizado pra corporação inteira, então, eu acho isso um fato negativo."

Tem um efeito aqui de isenção de responsabilidade, a culpa é da mídia que generaliza.

Laércio também atribui, no trecho abaixo, à mídia uma responsabilidade pelo modo negativo como a PM é vista:

[Laércio](...) às vezes fala que tem medo de polícia. Os acontecimentos levam pra isso né, só que não é o, não seria o correto, ter medo de polícia. O correto seria que você conta com a polícia pra te ajudar, não pra, entendeu?

[Entrevistadora] Mas eu não entendi essa parte, "os acontecimentos levam as pessoas a terem medo da polícia", como assim?

[Laércio] Os acontecimentos, os fatos que a mídia prega. Tipo, policial militar se envolve, a mídia sempre prega o que é interessante pra ela. Ela não vê o fato em si, ela acaba pregando, e depois no decorrer dos fatos é que vai se ver quem é culpado e errado. E é como todo meio, no meio de psicólogos existem pessoas boas e pessoas más, no meio de polícia existem pessoas que entram pra realmente trabalhar, servir e proteger, e às vezes tem as pessoas que querem entrar pra ter benefícios próprios. Então é, é isso aí, esse que é o diferencial."

Acontecimento na mídia é fato. Então, a mídia conta fatos. Mas as pessoas não deveriam se deixar influenciar

pela realidade destes, pois existe tanto o bom e o mau profissional. O argumento deslizou o suficiente para que se falasse, legitimamente, dos "maus elementos" dentro da polícia. Com muita naturalidade eles se justificam. Destaque para "não seria correto ter medo da polícia". Não há um sujeito apontado como o responsável pelo ato incorreto do medo. Seria a instituição que o justificaria ou seria a própria pessoa que não deveria se deixar guiar pela mídia?

Miguel parece acreditar, contudo, que o incorreto "medo da polícia pode mudar":

[Entrevistadora] E o que você acha desse "fazer tudo", do policial ser o faz tudo?

[Miguel] Num certo ponto é bom, porque a pessoa que está chamando, ela pode ser uma pessoa truculenta, que até não gosta da polícia. Mas na maneira que o policial, ele chega lá, ele cuida da pessoa, digamos que ela tá caída ao solo, trata com carinho, pode ter certeza de que aquela pessoa, que um dia xingou a polícia, ela vai falar "não, eu acho que eu tô pensando errado. Acho que a polícia não é do jeito que eu penso". Então pode até mudar a imagem dele, mas na maneira do policial chegar até ele.

O fazer tudo dá margem a mostrar uma face carinhosa da polícia ou do policial quando alguém que o chama está em posição vulnerável. Pode mudar a imagem que se tem do profissional. Ação muda pensamento, mas não qualquer ação; é a ação direcionada à vulnerável.

O abuso de poder de camadas da população também permeou uma parte dos discursos. Quando perguntado sobre a existência de interferência externa, no seu trabalho, Renato nos conta:

[Renato]...porque a polícia, ela, no meu ponto de vista, ela é uma massa de manobra. Ela é controlável. Como se fosse aquele jogo de guerra, o War, vai colocando os soldados onde quer. (...). Porque o que que acontece (...) A pessoa, ela chega pra você 'você não sabe com quem você tá falando', 'você não sabe quem eu sou', 'eu

sou amigo do governador', (...), 'eu sou amigo não sei de quem', (...), entendeu?! Então é, o que que acontece, a gente realmente é controlável. Porque a gente tem que ter...'ah eu sou desembargador', não, você é um cidadão, você é um cidadão, quando você é cidadão você não tem imunidade naquele momento, né, então você, você é, você não, você não tem que ficar jogando na cara do policial, que você é isso, que você é aquilo, né, que você é, 'eu posso fazer isso, eu posso te mudar, seu policialzinho' (...)

A primeira coisa que Renato pensou quando foi responder esta pergunta foi no jogo de *War*, de estratégia de guerra. Pensou e falou na palavra "controle". Por quê? Pelas pessoas que ficam "jogando na cara do policial que... é isso... é aquilo..." que pode "fazer isso,... te mudar, seu policialzinho". O controle aparece como efeito de um relatado jogo de poder entre "a pessoa" que é "isso, que é aquilo" enquanto que "o policial", que é "você" depois de começar com a "gente" sucumbe, perante "a pessoa" que acha que tem "imunidade naquele momento", na posição de "policialzinho". "A pessoa" humilha:

[Renato] A pessoa fica te humilhando, te humilhando, te humilhando, então quer dizer a... tenho um homem dentro da farda, (...) as leis num caso de desacato, desobediência, é muito branda, branda demais, muito branda, (...) Então ele tira a sua autoridade, pisa em cima de você, você tem que engolir,...

Este "homem dentro da farda" tem que "engolir" esta pessoa que "tira a sua autoridade" porque "as leis" são "muito brandas". Este "desacato", esta "desobediência" passam impunes para este PM que agora se coloca, "(eu) tenho um homem dentro da farda", mas que fala do lugar do "policialzinho" humilhado.

Diego encontra nesta clientela "pessoas que vão dificultar o seu trabalho apenas por bel prazer":

[Diego] Essa área é uma área complicada de você trabalhar. Porque ao mesmo tanto que você faz abordagens a umas pessoas que estão em atitude suspeita, (...) você tem que ser maleável porque ao mesmo tempo que você aborda pessoas que moram em comunidades,

você aborda um promotor, você aborda um ministro, você aborda um desembargador, advogados. Então, que muitas vezes eles vão dificultar o seu trabalho apenas por bel prazer. O tratamento que nós damos é conforme o cliente.

Se Renato submete o homem indignado que está (escondido, a essa altura) dentro da farda, inclusive a própria farda, ao cliente que se coloca em posição autorizada de humilhá-lo, Diego parece submeter-se de forma diferente. Não fala de indignação, e sim, de uma habilidade de tratar cada cliente conforme seu status social e político. Ele dribla a humilhação sentida pelo colega em uma natural classificação de sua clientela entre os "suspeitos" que "moram em comunidade" e o promotor, ministro, o desembargador e os advogados. De herói a diplomata, a clientela faz a farda vestir um policial ou um policialzinho. De alguma forma, esses policiais se escondem. E a farda conta novamente como o paradoxal esconderijo ou vitrine de pertença à PM.

[Elza]...você tá de um lado e você tá de outro, né, você se sente entre a cruz e a espada (...)aí interfere um pouquinho porque você fica 'huh' tem que ficar me escondendo!'. (...)eu não me escondo de ninguém. Não escondo, (...). Eu nunca tive problema assim em andar fardada. Só não vou na USP! (risos). (...)você tem que de certa forma, é, você tem que peneirar, selecionar mais as amizades. Não é em qualquer lugar que você pode ir...eu pelo menos evito, não é com qualquer pessoa que você pode ter amizade, né,...

Elza tem que "peneirar", "selecionar" as pessoas das quais tenta negar que se esconde, mas admite, finalmente, sua limitação de mostrar a farda "só não vou na USP". Ela "tem que", se esconder.

Paulo também se esconde:

[Entrevistadora] Mas tem alguma forma em que ser PM afeta sua vida lá fora? Essa escolha de profissão.

[Paulo] (...) Que dependendo do lugar que você mora, você não pode chegar fardado, entendeu, você não pode falar pro vizinho que você é polícia. Entendeu? Sua farda tem que lavar escondida. Entendeu. Coloca a farda

na bolsa, sai. (...)

[Entrevistadora]E por que?

[Paulo] Porque as pessoas, é, ela não vem diretamente atacar você porque ela sabe que você sabe se defender. Mas, elas vão atacar a sua família. Ela vai no mais fraco que não sabe se defender, entendeu? E como a família é a base de tudo, entendeu, eles vão atacar a família.

Paulo não “peneira” e “seleciona” como Elza. Não tem alternativa. Ele se cala, “não pode falar pro vizinho”, “a farda tem que lavar escondida” e levar escondida “coloca a farda na bolsa, sai”. Não é na USP que não pode, é no “lugar” onde “mora”. Ser PM impõe uma limitação de circulação que será adiante mais detalhada em outras falas sobre este “alvo” que se torna ao “vestir a farda”.

A farda, que marca o PM como alvo, no caso de Renato é dispensável para que ele sinta o risco que corre ao sair de casa:

[Entrevistadora]Quando você prende alguém você tem que depor?

[Paulo] Tem que depor. (...) eu saio da minha casa (...), vou representar o estado. (...). Eu vou lá; tô arriscado, porque, todo mundo aqui, indo fardado ou não, você colocou o pé fora de casa você tá arriscado, você tá arriscado a levar um tiro, você tá arriscado a ser atropelado, você tá arriscado...”

[Entrevistadora]Mas por quê? Por ser PM ou como qualquer cidadão?

[Paulo] Não, não, como qualquer cidadão. Como qualquer cidadão, você entendeu. Porque você saiu de casa você tá arriscado.

Não há mais ninguém aqui; para o “eu”, o trabalho que é que o deixa “arriscado”. “EU tô arriscado”. “EU saio da minha casa (...) EU vou lá (...) vou representar o Estado” e nessa posso tomar “tiro”, “ser atropelado”. “Como qualquer cidadão”. Renato personaliza – “eu” – o risco que, vestindo ou não a farda, corre. Embora ele dispense a

farda, este risco só surge por conta do SEU trabalho como PM.

Paulo também é "alvo" e abaixo mostra seus algozes:

[Entrevistadora] "Entendi. E como é que...hã...o que que seria um momento mais fácil, pra você? Mais tranquilo na sua rotina de trabalho?"

*[Paulo] Tranquilo, tranquilo não tem. Que a gente, a partir do momento que a gente sai pra rua, a gente tá, tem que fica ligado a hora inteira do serviço. Então não tem uma hora fácil assim, né. A gente tá, é (*inaudível*) a gente é um alvo. A gente veste uma farda, tá na viatura, a gente fica um alvo, então a gente não pode ter nenhum momento de distração porque pode ser fatal.*

[Entrevistadora] Como assim um alvo? Me explica direito isso.

[Paulo] A gente é um alvo [voz aumenta e fica mais clara agora], um alvo que transita pra tudo quanto é lugar. Se alguém quiser fazer alguma coisa, então você tem que tá preparado pra tomar uma atitude, né.

[Entrevistadora] E quem é...quem que poderia querer fazer alguma coisa? Se vocês são alvo, um alvo de quem?

[Paulo] Ah, um alvo de algum criminoso que queria fazer alguma coisa contra a gente."

Paulo delinea o PM como este "alvo" ambulante. Mais contundente que Renato, ele coloca o PM na mira. E quando está na mira, é que o PM "toma uma atitude".

O vínculo com a farda - vestida ou escondida - autoriza Paulo e Renato a uma percepção dos "riscos do mundo" como se vivenciassem essa lógica de uma posição especial. Como se a lógica fosse "farda = alvo". Contudo, nestes últimos discursos em que apareceu, a farda não constou como um mero alvo ambulante, mas muito além, se configurou como uma face externa a si mesma na vida em geral. A farda é um rosto colado ao seu e que pode ser retirado como uma forma de não ser racionalizado.

Em relato sobre "(...) alguma, ou que você presenciou, ou que você vivenciou no seu papel de policial de uma situação de violência?", Paulo conta sobre as brigas

de torcida:

[Paulo] Violência? É....tem...torcida de futebol. Quando tem futebol. Uma torcida brigando com a outra e a gente teve que intervir. Pra acabar, né. Isso é violência pra mim.

(...)

É, o pessoal ao invés de sair pra se divertir, eles vem pro jogo pra poder brigar, né.

[Entrevistadora] E como é que é pra vocês lidar com isso? Como é que é talvez todo o preparo, o durante, o depois?

[Paulo] É, durante, (...) Então a gente chega, já tem a preleção, (...). E é tocado o assunto com relação à briga. Nunca agir sozinho, sempre agir em grupo.

[Entrevistadora] E quando vocês estão lá na hora, como é que é?

[Paulo] É, é uma situação complicada, né? É, você tá ali pra defender, entendeu, mas sempre tem alguns que eles não querem saber, eles vem pra cima de você. Vem pra você, você tem que se defender. Então você se defende usando os meios necessários, né, pra conter a agressão, né.

[Entrevistadora] U-hu, e como é que funciona na hora de tomar essas decisões de agir?

[Paulo] Tem que ser na hora.

[Entrevistadora] Mas em que hora? O quê que dá o estalo de que é hora de fazer algo diferente de só talvez acompanhar?

[Paulo] Geralmente quando a gente tem, quando é jogo de futebol a gente sempre anda em grupos. Quando a gente vê o momento a gente fala assim "vamos" ou "vamos esperar apoio que não dá pra ir". A gente sempre tá em grupo.

[Entrevistadora] Mas qual que é o momento do "vamos"? O quê que acontece ali que tem que ser "vamos"?

[Paulo] É, geralmente quanto tá, vamos supor, seis, sete pessoas batendo numa pessoa só, caída no chão, chutando aquela pessoa. Então...

[Entrevistadora] Tem que chegar a esse ponto?

[Paulo] Tem que chegar a situação apertada.

O que é violência não parece ser da natureza do que vai fazer o PM quando “tem futebol” e tem “uma torcida brigando com a outra”. Neste momento, “aquela pessoa caída” fica no aguardo do “vamos” que é condicionado por uma configuração numérica – “sempre em grupo” – que permite ao policial “se defender” do ataque já previsto das torcidas contra ele. Este movimento das falas neste trecho, com a hesitação de chegar ao momento do “vamos” carrega o efeito do prelúdio de uma batalha, cujos atores principais são, de um lado, as torcidas dos times de futebol, e do outro, os policiais, como uma outra torcida. Ou seja, parece que o PM não sai aqui às ruas para proteger, mas para se proteger. Fardado, ele sai às ruas, também “pra brigar”.

6.1.3: Sujeitos sem rosto: pessoas indiferenciadas

“As pessoas”, a clientela, também apareceram nas entrevistas como sujeitos indiferenciados, como “ocorrências”. Assim as descreve Renato:

[Renato]...você lida com várias pessoas, de nível social, é, escolaridade, é, as ocorrências são todas variadas...

“De nível social”, “escolaridade”, há referência às diferenças entre as pessoas, mas uma diferença que tem um efeito de nível da clientela; as pessoas se transformam em “ocorrências”, por conta das diferenças das pessoas, do nível da clientela, “as ocorrências são todas variadas”.

[Renato]...desde um mendigo, que tá aí, né, vamos dizer no subproduto da humanidade, que tá largado, que tá à própria sorte, até um desembargador. Então é complicado. (...).

O “desembargador” se repete como personagem das cenas marcando o lugar do contraponto forte: poderoso, dominador

e, antes, humilhador, das ocorrências que são "subproduto da humanidade"; neste trecho este "subproduto" é o mendigo, e antes eram ocorrências e contraponto da força da carteirada, "o cidadão que não tem imunidade naquele momento", "que moram em comunidade". Existe uma oposição do cliente atendido.

É frequente o deslizamento dessa oposição para que se caracterize cada vez mais "ocorrência a subproduto" como despossuída, como atribuidor que indicam a falta de algo.

[Renato] Então a pessoa não explica direito. (...) a pessoa ela não tem a quem recorrer ou a pessoa não sabe a quem recorrer (...) se o policial não for lá, a pessoa, o cidadão, principalmente o cidadão de baixa renda, o cidadão que não tem conhecimento, não tem um QI a mais de conhecimento, ele vai ficar desamparado porque ninguém vai,..."

"Falta um Q.I. a mais." Que o policial vai dar...

De outras formas, o posicionamento da clientela como despossuída e do PM como algum tipo de salvador se repete nos discursos seguinte. Paulo posiciona esta questão da clientela que precisa da PM desta forma:

[Entrevistadora] E o que que é ser PM? O que que é o trabalho do PM?

[Paulo] É o que eu te falei. É resolver problemas das outras pessoas. Entendeu? Além de, vamos supor, você vai pegar uma ocorrência de briga de marido e mulher. Então você chega lá, orienta "ele tá batendo (sic) nocê, não dá mais certo? Termina, vai viver a sua vida, pega as crianças e vai viver a sua vida, que não compensa ele ficar batendo nocê". Na verdade a gente dá uma de psicólogo com essas pessoas. Porque as (sic) pessoa vê na polícia uma forma assim de, de ter um raciocínio melhor sobre essas...

[Entrevistadora] Ter um quê?

[Paulo] Um raciocínio.

[Entrevistadora] Um, como assim?

[Paulo] Porque, é que nem eu te falei, briga de marido e mulher.

[Entrevistadora] Por exemplo.

[Paulo] Aí chega lá a mulher "o que que eu faço?".
"A senhora faz isso, isso, isso, pra senhora conviver com ele. (...)

[Entrevistadora] Então tem uma certa
responsabilidade aí de, ãh, coisas que...isso é trabalho
da PM também?

[Paulo] Na verdade, não é trabalho da PM.

[Entrevistadora] Quer dizer, não sei, é uma
pergunta! Você me responda! O que você acha?

[Paulo] Não é o trabalho da polícia resolver. Como
outros também não são trabalho da polícia. Mas só que
a população só lembra da polícia.

Todas as ações do PM, "orientar a população", "resolver o problema", "dar uma de psicólogo", que, no discurso de Paulo, numa primeira leitura, são vistos como extrapolações do que é o trabalho do PM, do que é ser PM - como a pergunta da entrevistadora assim guiou - acabam tendo como fim, novamente, prover algo à população que lhe falta. "Raciocínio". Não há rodeios; esta clientela não sabe sequer viver a sua vida, resolver seus problemas, então o PM, heroico, mesmo a contra gosto, tem que ir lá. E neste ir lá, assume este papel suposto baseado na percepção de que esta é a demanda que a clientela lhe atribui. E assim, veste a farda e a capa de herói.

Laércio salva na oferta de caminhos, sem reclamar, num resumo do onde coloca a si e a clientela:

[Laércio] Você tá ali pra tentar explicar pra uma
pessoa e pra outra os caminhos que elas tem que
tomar, (...)

De outra forma, Elza cita fatos "não tão grandiosos" para ela, mas que o são para estas pessoas que, também, "não tem algo":

[Entrevistadora] Não tão grandiosos pra vocês em
que sentido? Por quê?

[Elza] Porque pra gente, é assim, a gente tá numa viatura, tá ali, né. Colocar na viatura, levar pra um pronto socorro é uma coisa que não é fora do comum, né, pra gente é normal, mas pras pessoas que estão de fora, de repente não conhece o trabalho, acha que não é, que não faz parte do serviço nosso e ficam super agradecidas.

Aqui aparecem dois lugares da clientela: um de quem "não conhece o trabalho", que está "de fora"; e de quem está precisando de algo, que é levada ao "pronto socorro". Neste posicionamento duplo de ignorância e desamparo, o policial se coloca, mais uma vez, como o salvador desta clientela despossuída que fica "super agradecida". Esta é a clientela atendida. Neste lugar, o PM parece o herói que dá algo que a clientela precisa, mas ele também recebe o agradecimento que valida seu lugar. Nesta ordem discursiva, ele mostra a validação do seu posicionamento no próprio discurso e no discurso atribuído à clientela.

Às pessoas de Cleber, falta esperança:

[Cleber] A parte boa, que nem eu falei pra você, de tá podendo colaborar com a pessoa que, que vê na PM a sua última esperança né. Você chega e ele vê em você o último recurso dele, e a gente pode orientar ou pode ajudar de alguma forma aquela pessoa. Essa é a parte gratificante, é gostoso você tá ajudando alguém.

Ele mostra o que os discursos anteriores nos permitiam inferir, o que "gostoso", que "é a parte gratificante" ser "o último recurso" da clientela. Temos, novamente, clientela sem recurso, sem esperança, e PM que pode "colaborar", "orientar", "ajudar". Novamente, através do posicionamento da população como despossuída, o mito do herói surge nos discursos.

Algum tipo de falta do cidadão é usado por Miro e Flávio para justificar um modo de ser polícia, o da "repressão" e da "voz ativa", a partir do viés da necessidade - "isso é ser polícia" , é "pro cidadão entender". Vamos a Miro:

[Miro] E nem a sociedade também, em geral, né, entende o serviço policial. Mas é muito, de repente, da cultura, né. Assim, a gente tá recém saído da ditadura em termos de cultura então a gente ainda tem aquela parte de repressão; a polícia militar ainda é militar, né, não é só, não é polícia, então não orienta tanto, mais repreende. A gente não é de orientar, é mais de repressão. É um poder que o próprio Estado que repreende.

[Entrevistadora] Mas isso você acha que é uma...

[Miro] Então, fazer isso não é fácil. Porque você está sempre apontando o erro das pessoas. (...) Mais de cobrança, de postura e tal. Né, sempre vai ser assim. Isso é ser polícia. A polícia é, é correção, né. O termo policial é esse. Então sempre vai existir, e tem que existir, porque pra ter as regras tem que ter quem que fiscaliza as regras, né. Porque senão não tem. Se tiver, cada um faz o que quer na hora que quer, não vai ter nem semáforo num cruzamento.

Esta população não entende que precisa ser policiada, na contramão do que prometiam outros PMs, de orientar, por uma questão de necessidade apenas. "Então sempre vai existir, e tem que existir, porque pra ter as regras tem que ter quem que fiscaliza as regras, né".

Flávio vai mais longe e justifica a rigidez da PM, também por conta de uma necessidade, para que o cidadão entenda, seu lugar:

[Entrevistadora] E voltando um pouco nas situações difíceis ou de violência. Como é a relação da corporação com o soldado, com o PM quando acontece alguma coisa assim? Qual é o procedimento?

[Flávio] Infelizmente a corporação acaba (crucificando) um pouco mais a gente. Eu, o pessoal vem aqui reclamar, que acha que, a gente tá falando, que a gente tem que falar, que a gente tem que conversar, quando a gente vai abordar, a gente fala de uma forma, entre aspas, rígida né. Porque tem uma voz ativa pro cidadão entender.

Naturalmente, a atitude do PM é distanciada dele mesmo graças à força da farda que é usada como escudo para justificar seus atos. É a face externa que dá um efeito de inevitabilidade das ações do PM, como se o guiasse sem

qualquer autonomia, e que é tirada no distanciamento da responsabilidade pelos seus atos. É “pro cidadão entender”, nada mais.

6.2. O PM e sua Hierarquia:

6.2.1. Começa o dia:

Nove das dez entrevistas (Rodrigo, o primeiro, fez parte de um roteiro experimental de entrevistas onde esta pergunta não foi feita, com já foi esclarecido no item “procedimento”), iniciaram-se com a mesma pergunta, com ligeiras variações como se verá abaixo.

Elza:

[Entrevistadora] Começa me contando como é que é um dia de trabalho seu, desde que você chega aqui, na companhia, até o final.

[Elza] Então, eu chego por volta das cinco horas da manhã né, aí eu me preparo, né, coloco a farda, roupa, aí depois, assim dependendo, da onde que eu vou, (...)

Miguel:

[Entrevistadora] Bom, começa me contando como é um dia de trabalho seu, desde que você entra aqui, até como você termina.

[Miguel] Bom, eu levanto as quatro da manhã, me, tomo banho, faço a barba, aí eu venho pro serviço. Às cinco e trinta eu já tenho que estar na sala de preleção, uniformizado, barba feita, cabelo penteado, as vestes, a roupa bem passada. Bota engraxada, já pro início do serviço.

Diego:

[Entrevistadora] Começa me contando como é que é um dia de trabalho seu. Desde que você chega aqui, tudo o que você faz até o final do dia.

[Diego] O dia de trabalho começa antes de você chegar, né, porque você tem que acordar cedo, mais cedo, aí você vai arrumar a roupa, tal, o homem barba, essas coisas todas, deslocamento, tem que prever se vai acontecer algum tipo de congestionamento, se vai ter um

acidente, se vai tá chovendo, como que vai tá o tempo pra você chegar no horário. Aí você chega, tem a preleção que é, são as ordens do dia, (...)

Miro:

[Entrevistadora] Me conta como que é um dia de trabalho seu. Desde que você começa até o fim do período de trabalho. Que que você faz, que que acontece.

[Miro] Meu dia começa às 4:30 da manhã e eu acordo já preocupado com o horário porque nós aqui de dentro da polícia temo o horário certo pra chegar e não pode ser, não pode ter atraso, não pode haver atraso. E temos é, disciplina, né, para ser cumprida, então, no regulamento tem que ser cumprido sempre nesse ponto. Isso é muito importante assim para o convívio, né, porque os policiais também tem que tá no mesmo horário então gera uma, uma, assim já tá inserido no contexto, todo mundo tem que chegar no horário porque o outro já chegou também. Então tem que chegar sempre no horário. E o dia segue de acordo com as ordens do dia.

Laércio:

[Entrevistadora] Me conta como é um dia de trabalho seu, desde a hora que você chega aqui até a hora que você termina, como que é?

[Laércio] Ah, o trabalho, eu acordo cedo, venho pra cá, a gente tem a preleção, o sargento passa algumas orientações, determinações. A gente sai pra patrulhamento e fica subordinado ao COPOM, atendimento de ocorrência.

Cleber:

[Entrevistadora] Começa me contando como é um dia de trabalho seu. Desde a hora que você chega até a hora que a hora que você sai.

[Cleber] Eu acordo às dez pras cinco da manhã. Me arrumo, e venho pro trabalho né. Aí geralmente tem uma preleção de aproximadamente meia hora, antes de ir pra rua.

Flávio:

[Entrevistadora] Me conta como é um dia de trabalho seu, desde que você chega aqui. Enfim, as coisas que você faz.

[Flávio] Eu chego aqui às cinco e trinta, trabalho até às dezoito horas. Geralmente é () um setor pra gente trabalhar, e tem dia que, é muito estressante, tem

muita ocorrência. É muito relativo, não tem assim, um dia determinado pra ocorrência. Tem dia que é bem sossegado, tem dia que é mais corrido. É muito relativo né. Até por isso que o trabalho é estressante, você é pego muito de surpresa. De uma hora pra outra a gente depara com uma situação que a gente pode, que a gente nem imagina.

Paulo:

[Entrevistadora] Começa me contando como é que é um dia de trabalho seu desde que você entra aqui até quando termina.

[Paulo] Primeiramente (inaudível) a partir do momento que você sai de casa pra vim trabalhar, tal, a gente mora no interior, leva quatro horas pra chegar, é estressante.

Renato:

[Entrevistadora] Me conta como é que é um dia de trabalho seu, hoje, desde que você começa até o fim do seu período de trabalho?

[Renato] Imprevisível.

[Entrevistadora] Me dá...

[Renato] Imprevisível.

[Entrevistadora] Imprevisível?

[Renato] Imprevisível, porque você nunca sabe o que vai acontecer com você, então, um serviço totalmente diferente, totalmente adverso dos outros, né, (...)

Destes nove trechos, em oito (Renato foi o que se diferenciou mais) o que o PM tem, logo de cara, que fazer é acordar cedo, chegar cedo no trabalho, e estar pronto. Antes de oficialmente começar o trabalho de PM, ser PM já lhe é demandado. Miguel é claro "o dia de trabalho começa antes de você chegar".

Estar pronto é estar de "barba feita", "roupa bem passada". O PM, representante do Estado, tem que estar apresentável. Tem que estar igual aos outros parceiros. De normatizador e corretor da clientela, coloca-se numa posição de auto-correção, normatização.

O PM, como explicita Diego, tem que "arrumar (...) o

deslocamento (...), prever (...) congestionamento (...), acidente (...)", a chuva, "como que vai tá o tempo pra você chegar no horário". O *horário*. O PM acorda "já preocupado com o horário porque nós aqui de dentro da polícia temos o horário certo pra chegar" (Diego). Fala-se como se fossem os únicos profissionais a ter horário para chegar ao trabalho. Talvez para eles, este caráter de horário seja mesmo particular, pois é o horário do regulamento que protege o PM do erro ainda que não assumido - como será melhor delineado adiante. É acima de tudo o horário regulador/corretor, "todo mundo tem que chegar no horário porque o outro já chegou também" (Miro). Então é um horário que posiciona os PM como policiais dos pares.

Renato, Paulo e Flávio, entretanto, destoam, aparentemente, ao apontar para o estresse: de chegar na hora e da "surpresa" das ocorrências. Paulo e Flávio adicionam peso à conformidade do horário. Renato volta-se à velha clientela dos humores...

O que marca a maioria destes discursos é que "as ordens do dia" só seguem depois que, ordeiramente, todos chegam no horário e se *vestem* de PM. Uns como os outros.

Miro responde minha pergunta resumindo a preocupação geral apontada:

[Entrevistadora] *Que momento ou atividade desse seu dia você considera mais difícil ou mais complicado?*

[Miro] Olha, eu acho assim mais compromisso é chegar, né. Porque o dia à dia pra gente já tá no automático, né, praticamente. (...) Então já entra num, já tá incorporado no meu dia à dia, né. Só assim, eu acho que o mais importante é chegar e tá em condições, né. Ter dormido bem, ter condições pro serviço policial, porque vir cansado ou vir desestimulado não é proveitoso, né. Principalmente pra instituição que, é, a população não precisa de alguém que não esteja motivado e entendendo o serviço que precisa.

"O mais importante é chegar", mas não é só isso. É

chegar e estar "em condições (...) pro serviço policial" porque "a população" (ou a instituição?) "não precisa de alguém que não esteja motivado e entendendo o serviço que precisa". Neste trecho, PM também posiciona-se num lugar de utilidade onde clientela e hierarquia se confundem. O policiamento é entre pares, intrínscico, de cima, de fora e de dentro. E quando vem de fora, já não parece mais ser de uma clientela despossuída, mas de uma que se alia e confunde-se com a própria hierarquia.

6.2.2. O policial o procedimento: na iminência do erro

Sobre o tópico em questão, Laércio tem garantido:

[Laércio] Sinceramente, não vejo dificuldade, que nem eu falo pra você, se você se ampara de conhecimento e de procedimentos, você acaba desenvolvendo o trabalho correto.

Não há "dificuldade" desde que "se ampare de conhecimento e de procedimento", aí "o trabalho" sai "correto".

Mas Renato nos conta um "problema" que tem:

[Entrevistadora] *E qual que é o padrão no mínimo que você tem que fazer?*

[Renato] Então, aí é, é, o padrão, o padrão, é, o problema pro policial do policiamento de área é isso; ele tem um padrão, mas só que normalmente você não consegue seguir esse padrão. Por quê? Porque as ocorrências são totalmente diferentes uma das outras. É a diferença do bombeiro. (...) o procedimento é o mesmo. Agora já o policial não. O policial o procedimento é o que? É, a policia faz no rádio, você atende, (...). Só que chegando na ocorrência, difícilmente, você não tem um padrão pra seguir, você não tem um, você tem que chegar lá, analisar a situação, aí você tem que ter um pouquinho de conhecimento de direito, em direito civil, em direito penal, em direito militar, em direito até econômico! Você tem que saber por que se você não souber você acaba cometendo um abuso de autoridade, uma prevaricação.

Tem um "procedimento padrão", mas "o padrão é o problema pro policial do policiamento de área" porque não se "consegue seguir esse padrão". Na fala de Renato, o policial que, ao mesmo tempo tem um "padrão problema", não tem padrão; "Só que, chegando na ocorrência, dificilmente, você não tem um padrão pra seguir, você não tem um". É tão difícil lidar com este "procedimento padrão" que não se sabe se tem ou se não tem; o próprio policial confunde-se com procedimento "O Policial o procedimento é o que?". Há tantas coisas que não tem procedimento ou padrão e, ao mesmo tempo, o PM tem que fazer tantas outras, tais como "analisar a situação", "ter um pouquinho de conhecimento de.....", "tem que saber", tudo isso no fio na navalha de não se expor a "acabar cometendo um abuso de autoridade, uma prevaricação". O mesmo "procedimento" que "ampara" Laércio é um problema para Renato. O "procedimento", com a abrangência de ser uma sinonímia do "policial", não evita o "não saber o que fazer" em situações complexas.

Elza também aponta o não saber "o que fazer", desta forma, como o "mais complicado":

[Elza] Hum...mais complicado? É, eu penso que seja assim, de repente...é..às vezes uma ocorrência você não consegue ali saber o que você tem que fazer para resolver, (...)

Tanto na fala de Elza, quanto na de Renato, o mesmo procedimento que anteriormente amparou (Laércio), tem um efeito de desamparo, de deixar o PM num beco sem saída, de não saber resolver, de errar.

Mas, justamente para lidar com esse "não consegue ali saber o que você tem que fazer", que, Laércio conta das instruções passadas na preleção, antes de começar o dia:

[Entrevistadora] *E essas orientações que vocês recebem de manhã, logo que vocês chegam, (...) é, elas são mais ou menos de que tipo?*

[Laércio] São orientações de serviço, mediante as determinações que, como se diz, a gente trabalha no patrulhamento, porém tem alguns pontos de estacionamento, tem algumas determinações de pontos críticos, que tem que ter policiais militares a todo tempo. Então algumas viaturas estacionam, outras fazem patrulhamento, tem os setores. E quanto ao trabalho em si né, determinações do comando que vem pra gente, sempre tá atualizado no que tem que fazer.

[Entrevistadora] *Essas determinações do comando são alguma modificação...*

[Laércio] Às vezes são modificações de regras, às vezes são orientações quanto ao, quanto ao seu desenvolver no trabalho, pra você não cometer irregularidades e pra não se prejudicar também.

São "orientações de serviço (...) do comando (...) quanto ao trabalho em si (...) atualizando no que tem que fazer (...) pra você não cometer irregularidades e pra não se prejudicar também". O procedimento correto, seguido à risca garante, imagina-se, não errar.

Miro tem que ter outros saberes. Falando de seu tipo de policiamento (comunitário) nos conta:

[Miro] (...) Em qualquer nível, assim, tendo o policial o conhecimento da área que ele tá trabalhando ele pode desenvolver. É claro que o grupo A, tem que saber conversar o nível de conversa. Ou no público. E de uma comunidade vamos dizer assim menos, de menos poder aquisitivo tem que saber lidar também, entendendo que várias, são várias variantes né. São variantes que, são N possibilidades. Até em atender uma ocorrência de acidente de trânsito, às vezes você tá na rua e se depara com um acidente de um motoboy que bateu num carro importado, né. Então, das duas pessoas, dois veículos totalmente diferentes e com culturas diferentes, então o policial tem que saber lidar com as duas partes. É um serviço completo. É um serviço que eu gosto.

Em "qualquer nível", Miro "tem que saber" do "grupo A", "tem que saber lidar" com o "público E", *tem que entender* as "várias variantes", num "acidente de trânsito" ele pode ter "um motoboy" e um "carro importado", "dois veículos totalmente diferentes" bem como "culturas" presumivelmente "diferentes". Mas ele gosta disso, porque é isso que faz "um serviço completo". Sua fala parece se ajustar ao interlocutor como que para não errar também aqui na escolha das palavras. Assim como lida com a população "variada", adaptando o procedimento de acordo com a clientela para não errar também.

A dificuldade de Laércio está em não poder estar onde ocorrem as ocorrências:

[Laércio] As pessoas às vezes falam "ah policial é isso, aquilo, aquele outro". Só que as coisas acontecem aonde a polícia não tá. Pode ter certeza, se a polícia ficar ali vinte e quatro horas naquele lugar, não vai acontecer nada ali. Só que não é o que acontece, entendeu? Policial militar é pra isso, tá pra prevenir. Eu prego a seguinte coisa: às vezes a, o escalão maior cobra você de situações que, (...), ocorrências, só que a partir do momento que você tem ocorrências, é porque nosso trabalho não tá sendo bem feito. Concorda? Porque, se o que pregam é prevenir, ser ostensivo, você aparecer e você prevenir, se você pegou você não preveniu.

[Entrevistadora] Entendi. Essa cobrança existe interna mesmo? Se acontece uma ocorrência...

[Laércio] Não, existe a cobrança do que? "Ah você não pega ocorrência", cobrança tipo, você trabalha, fica seis meses, o que você levou no DP? Nada. Então, é, é uma cobrança ao contrário do que a polícia prega entendeu?

[Entrevistadora] Deixa eu ver se eu entendi. A missão que você entende da polícia é prevenir.

[Laércio] É prevenir. É o que pregam na escola, é ostensivo, é ostensiva e preventiva. Prevenir é o que, não deixar acontecer. Se aconteceu, tá errado não tá? A gente inibe.

[Entrevistadora] Certo, na tua opinião, se aconteceu é porque vocês falharam em inibir.

[Laércio] Em alguma coisa, exatamente. Então

aconteceu. A gente tá lá também pra prender em flagrante ou não. Então aconteceu, beleza aconteceu. A gente tá lá, de repente pega ou não. Mas o correto seria não acontecer né, isso é prevenção.

[Entrevistadora] Entendi, mas espera-se que vocês prendam mais, que vocês atendam ocorrências.

[Laércio] Esperam, cobram ocorrências, porque tipo assim, cobram ocorrências porque tá acontecendo. Quer dizer, tem o policial militar, porém a gente tá aqui aconteceu lá, a gente tá lá e aconteceu aqui. Então cobram que a gente tente pegar esses infratores, então existe essa cobrança.

[Entrevistadora] Entendi.

[Laércio] Eu não acho errado, só que teria que mudar.

[Entrevistadora] Continuando das ocorrências. Há uma cobrança então.

[Laércio] Há uma cobrança de que você consiga pegar esses infratores entendeu?

"As ocorrências acontecem aonde [sic] a polícia não tá", mas "o escalão maior cobra (...) ocorrências", mas a "gente tá aqui aconteceu lá, a gente tá lá e aconteceu aqui(...) a gente tá lá, de repente pega ou não", mas mesmo assim "cobram que a gente tente pegar esses infratores", mas "se o que pregam é prevenir, ser ostensivo, você aparecer e você prevenir, se você pegou você não preveniu", então, não é que esteja "errado, só que teria que mudar" porque o que se faz hoje, ao que parece, "é uma cobrança ao contrário do que a polícia prega entendeu?". Parece um jogo de esconde-esconde; Laércio fala que prega uma coisa, a polícia prega uma coisa também. A PM prega, mas cobra ao contrário. O PM prega e não pega nada. Ele fala de um lugar submetido agora a regras impossíveis de atingir.

Parece que no exercício de sua profissão, o policial está na iminência de perder o controle da situação - se é que de início chegou sequer a ter - e cometer um erro, até

um crime. Condição inerente ao seu SER procedimento. Como a face da mesma moeda, da mesma forma que a prescrição constitucional de que tudo que foge da normalidade é caso de polícia faz com que o PM atenda a todo tipo de ocorrência já que tudo foge da normalidade; os mesmos procedimentos que regulam e normatizam os soldados, como se assim fossem capaz de escapar do erro, configuram-se como o inatingível e o prejuízo, que tanto queriam evitar, torna-se inevitável.

6.2.3. Relações Institucionais: entre a Cruz e a Espada

Neste discurso, a Polícia como instituição ocupou o lugar de um apoio não dado (falta de "conhecimento" ou "padrão" difícil de seguir), de punição (fazendo ou não seu serviço) e de controle (na forma do "padrão", "códigos", "regras"). O policial, braço do Estado, também é policiado por ele desde o começo do dia e assim se segue. As falas de Renato mostram:

[Renato] Então, aí é, é, o padrão, o padrão, é, o problema pro policial do policiamento de área é isso; (...) a polícia abraça tudo. A polícia militar ela pega tudo, (...) ela é um braço do estado que vai em todo lugar. (...)

[Entrevistadora] Ah...então há uma interpretação da constituição que até cabe...

[Renato] Que força, na verdade, que força a polícia militar a atender esse tipo de ocorrência.

Há um efeito de cobrança institucional forçando o policial a fazer mais do que pode ou deve. "Força", "a polícia militar pega tudo", "ela é um braço do Estado". Ela é "um braço" que "pega" as coisas, através deste policial. Forçado. Como se a farda, ou melhor, seu peso, viesse de fora.

[Renato] você tem que chegar lá, analisar a situação, aí você tem que ter um pouquinho de

conhecimento de direito, em direito civil, em direito penal, em direito militar, em direito até econômico! Você tem que saber porque se você não souber você acaba cometendo um abuso de autoridade, uma prevaricação.

(...) Esses conhecimentos fazem parte do treinamento só que são muito, são muito, são muito poucos, (...) Então você tem que procurar. (...) você, o policial, ele tem que ter interesse. Não é a corporação que faz, que leva esse conhecimento até você, o policial que vai buscar,... (...) o policial acaba buscando conhecimento pra, pra poder fazer um bom serviço. Mas não é, na verdade, normalmente não é a polícia.

De um lado, se o PM não tiver o "conhecimento", ele pode cometer uma "prevaricação", um "abuso de poder", ou seja, um crime funcional e assim ser punido na corporação. Mas, estes "conhecimentos", são "muito, são muito, são muito poucos". Muita coisa que, supostamente, se deve saber "direito, direito civil, direito penal, direito militar,... até direito econômico", mas "pouco" que a corporação, supostamente, dá; nos "cursos de reciclagem", então "você tem que procurar....não é a corporação que faz", "o policial acaba buscando conhecimento pra poder fazer um bom serviço".

Bom serviço é evitar punição. O drama é dividido com a - e externalizado através da - entrevistadora no "você, o policial". Se há punição por abuso de autoridade, o policial despe-se da farda e distancia-se da responsabilização ao localizar o "problema" no que a instituição não dá.

Renato continua:

[Renato] Eu tenho que tomar a decisão na hora. E ela pode ser certa ou pode não ser certa. Ai, das duas formas que você tomar a decisão, se você não tomar a decisão acertada, se tomar uma pra mais ou pra menos você vai ser punido.

O "erro" não existe no discurso do PM. Ele não erra, só "não acerta". E nesse não acerto, divide o fardo com a entrevistadora.

Diego também coloca a instituição neste lugar:

[Diego] (...) A polícia do Estado de São Paulo, ela faz diferente: ela acusa você, você é acusado, você que se vire pra você provar que você é inocente.

[Entrevistadora] *Em casos de acidente envolvendo policiais, você quer dizer?*

[Diego] Não somente envolvendo, (...) parece que eles não colocam muita fé, não colocam muita confiança no policial que eles têm. (...) Aqui é 'sempre o policial tá errado'. (...) Ele tem que provar que ele tava certo. E mesmo tando certo, quando ele foge da punição que seria penal, civil, militar, ele é punido administrativamente. (...) Alguma punição tem.

[Entrevistadora] *Entendi. Você sente então que tem uma cobrança forte aí, mas...*

[Diego] Não, cobrança não. A PM é até uma empresa boa porque a única coisa que ela te cobra é horários, ela não te cobra produção. (...) Aqui você tem que entrar no horário certo, sair no horário certo, 'sim, senhor', 'não, senhor', o básico, só. A única coisa é, depois que acontece alguma coisa, é, ela, ela te pune direto, de cara,...

"A PM do Estado de São Paulo (...) acusa você, você é acusado". Acusação dupla para marcar a força da inexorável e inevitável punição; lugar que o policial se vê ocupando perante sua hierarquia. Lugar que PM ocupa para sua hierarquia. A "empresa é boa", não te cobra nada, só "horários". Mas "depois que acontece alguma coisa, ela te pune direto, de cara". E parece que sempre acontece alguma coisa.

A instituição parece funcionar, aos olhos e na fala destes soldados, do mesmo jeito com os agentes institucionais como com a clientela. Há algo a ser corrigido, sempre; a ser punido. E sempre há o que ser normatizado, tanto quanto o discurso do PM coloca a clientela como aquela que sempre foge do normal e sempre carece de atenção da policial. Clientela e agentes são ambos os casos de polícia.

Mas, em outro momento, este caráter normatizador

parece atrapalhar o PM. Vejamos porquê na fala de Miguel:

[Entrevistadora] E como é que fica a questão da violência? (...)

[Miguel] Bom a princípio é o seguinte, é aquela velha história. Quando você entra na polícia, eu entrei porque eu gosto, eu não entrei por causa do salário, (...). E se mudasse um pouco a Constituição, tem muita coisa aí que tá falha, o Estatuto da Criança e do Adolescente. A maior parte dos crimes, de furto, roubo, com retenção de vítima, roubo a veículos, é menor. Todo mundo sabe que é menor, e se não tiver alguém lá em cima pra mudar essa estatística aí, a Constituição aí, a população é quem mais tem a perder. E o policial militar ele vai fazer o serviço dele, porém vai ser ato infracional. (...). Então acho que isso aí é, a gente tá trabalhando com as mãos atadas né.

O panorama de violência é associado, em "princípio", a uma "velha história"; o PM "entrou" na PM porque gosta, mas há uma "falha" da constituição que deixa o PM de "mãos atadas" para "fazer o serviço dele", o serviço que gosta, porque não pode prender o menor que, como "todo mundo sabe" é quem "comete a maioria dos crimes". Então, "alguém lá em cima" tem que "mudar essa estatística aí, a Constituição". Aí o PM vai poder trabalhar. Sem ter, ELE, PM, nada a perder.

O mesmo PM que é levado a atender todo tipo de ocorrência por conta da constituição, vê a própria colocar limitações no seu trabalho. As noções de culpa ou erro são afastadas dele, mas atribuídas a "alguém lá em cima", algo longe. Ele "entra na PM", mas não pode trabalhar. E a responsabilidade disso não é dele. Interessante como esta noção tem sido naturalizada nos discursos. Assim nos guia Miguel no seu relato sobre uma ocorrência de gravidade - que curiosamente envolvia "o menor" que não poderia prender:

[Entrevistadora] E quando acontece alguma coisa desse tipo quais são os reflexos dentro da companhia?

[Miguel] Bom, a princípio, a partir do momento que você se envolve numa ocorrência de resistência seguida de morte, a gente tem um procedimento que, (...) é como se diz assim, é um procedimento administrativo né. Aí o comandante encaminha você (...), pra você passar por uma avaliação psicológica, aí você faz uma prova lá, conversa com o pessoal. Se for detectado que por intermédio daquela ocorrência você não tá legal, o pessoal geralmente solicita que você permaneça um mês, dependendo da sua reação. Mas na maior parte das vezes o policial ele volta né, (...) aí o comandante () vê o que faz com ele. (...)."

[Entrevistadora] E você, como é que foi pra você, você voltou?

[Miguel] Não, eu fiquei trinta dias lá. (...) cumprindo expediente de segunda à sexta, e deu os trinta dias eu voltei a trabalhar normal no atendimento.

[Entrevistadora] E o que você acha disso, que é válido, você acha que funciona, que é um bom procedimento?

[Miguel] Olha, eu vou ser bem sincero pra você. É, há uma certa, digamos assim, uma certa dificuldade por você ter que se deslocar da zona oeste pra zona norte. O que acontece, o policial fala assim "puta, caramba né meu. (...)" Porque no próprio batalhão já não tem um psicólogo, pra você ficar ali. (...) Então nesse ponto aí eu acho que é um pouco desumano e não vê o lado do policial militar.

[Entrevistadora] Mas você acha que é necessário, depois de uma ocorrência de violência ter uma conversa, ver como é que tá, você acha que essas ocorrências podem afetar um pouco...

[Miguel] Olha, eu vou ser bem sincero pra você. Há policiais, todos nós temos que ser diferentes né, há policial militar que ele leva isso como dia a dia, é o confronto né. E tem policiais que, de repente, por problema financeiro, particular dentro de casa, geralmente, tem alguns aí que é alcoólatra, então eu acho que cada cabeça tem que ser estudado daquela maneira.

[Entrevistadora] Mas você acha que tem uma relevância, (...)?

[Miguel] Olha seria bom, seria bom se até, independente da ocorrência, nós tivéssemos alguém pra tá conversando com a gente. (...) E tendo um profissional pra orientar, pra conversar, pra ver, tipo, a maneira de se comportar, seria muito bom. Mas alguém vindo, vindo até nós, tá. Com certeza seria bem visto, bem aceito pela tropa.

O "reflexo dentro da companhia" de uma ocorrência grave parte de um "princípio", o princípio é "procedimento" no qual o "comandante encaminha você" ou "vê o que faz com ele", ou você, PM. De qualquer forma, o procedimento nunca é só procedimento. Ele é sempre contra ou a favor. E vem de fora, de cima, da instituição, aqui, na figura do comandante. Novamente, PM tira a farda e tenta colocar-se passivo nesta dinâmica.

"Você" vai lá, passa "por uma avaliação psicológica (...) faz uma prova lá, (...) conversa" e vê se "tá legal". Ai, você *permanece* "trinta dias (...) cumprindo expediente (...) deu os trinta dias" você volta ao normal. Assim, como num passe de mágica. Mas é *válido*. Com toda *sinceridade*, Miguel entra na sua questão, "dos trinta dias" que ficou afastado e seu maior problema foi o "deslocamento". Deslocando-se algumas vezes de falar se vale ou não vale ser enviado para tais avaliações depois de uma ocorrência violenta, ele finalmente fala que "seria bom se até, independente da ocorrência, nós tivéssemos alguém pra tá conversando com a gente (...) com certeza seria bem visto, bem aceito pela tropa". Como porta voz da tropa, parece que faz à psicóloga que o entrevista uma oferta de emprego. Desta forma, o PM entra na mesma posição que coloca a população, de precisar ser "orientada" sobre "maneira como se comportar".

Flávio também fala de *castigo* quando fala da forma como a instituição oferece apoio aos policiais:

[Flávio](...) Mas às vezes pode faltar um pouco de apoio da instituição né. Eu creio que, eu nunca passei (...) de ter que precisar da instituição mesmo, mas a gente tem relatos aí que não tem muito apoio quem precisa da instituição. Você acaba tendo que ficar, por exemplo aí, um indivíduo, um caso de resistência, ele tá atirando num policial e o policial revida e nessa () acaba matando o indivíduo aí, aí ele vai ter que fazer, vai ficar trinta dias de castigo no COPON lá, que é

policiamento interno, vai passar por um psicólogo, pra ver se realmente ele vai tá disposto pra tá na rua, e além do mais ele vai ter que ficar um tempo interno aí, então acaba sendo um castigo pro polícia, né.

(...)

O polícia, o policial trabalhou dentro da lei ali, repeliu injusta agressão, mas acaba sendo castigado por um, a lei lá fora, a lei comum é, () lá, acaba liberando o polícia e não há nada pro polícia, só que na corporação, a corporação acaba um pouco castigando sem necessidade.

[Entrevistadora] (...) Essa coisa de ter que ficar no administrativo trinta dias, do psicólogo e tal, pra você é mais um castigo mesmo do que um procedimento necessário?

[Flávio] ah o pessoal fala que não, mas tá maquiado ali. É um castigo maquiado. Como que um policial vai ficar trinta dias num lugar que ele nem conhece, que é o nosso Centro de Operações né, atendendo 190. (...) Às vezes pro policial é um castigo, pra quem gosta de trabalhar na rua acaba sendo um castigo né. Polícia que trabalha no operacional muitas vezes trabalha no administrativo, acaba sendo um castigo pra ele.

"O castigo maquiado" é feito "sem necessidade", mesmo quando "o policial trabalhou dentro da lei", ele "vai ficar trinta dias num lugar que ele nem conhece" porque "acaba matando um indivíduo" que "tava atirando" nele e ele não pode revidar. Esta é uma falta de apoio para "quem precisa da instituição".

O direito ao revide, ao tiro; a presunção da legalidade, ainda que as "leis" da instituição que abriga o PM não entendam desta forma, é recorrente no discurso desses policiais. O PM pede apoio para realizar seu trabalho, onde trabalhar é defender-se.

Flávio ainda continua falando sobre as relações institucionais no trecho abaixo:

[Flávio] Então, antes, eu sempre gostei do (militarismo). Antes mesmo de prestar pra polícia eu prestava pra () pra aeronáutica, acabei não passando, acabei conhecendo a polícia militar e gostei. Acabei me identificando com ela. Prestei o concurso, fiz um ano de escola, e aí, você vê né, aprendendo como é uma instituição. Muitas coisas não é [sic] realmente o que a

gente acha né, quando a gente tá fora da instituição a gente acha que é uma coisa, mas quando a gente tá aqui dentro é totalmente outra né.

[Entrevistadora] Por exemplo?

[Flávio](...) Às vezes, por causa do militarismo, né, o militarismo muito aqui. Tem muita coisa que você comete e que, na sua vida civil não é um crime, não é uma transgressão e aqui dentro é uma transgressão.

[Entrevistadora] Por exemplo? Me conta um pouco dessas diferenças, essas coisas que você viu aqui e que você achava que era uma coisa e depois viu que é outra.

[Flávio] Ah o policiamento em si né, a gente acha que o marginal (...), a polícia leva e que ele vai ficar preso. E você vê que, acaba vendo que não é isso. Apoio da instituição mesmo, que acha que, é as mil maravilhas na polícia e muitas vezes você é punido por coisas que não, (...) polícia tá (...) o pessoal tá lá na favela lá, anda por aqui e anda por ali e fala "pô, o paisano lá", e acha lindo mas tem que ter muita cautela com o que você faz lá dentro né. Porque qualquer ato que você pode praticar lá vai dizer "não, (...) tá errado", vem aqui e denuncia você e você acaba sendo punido por, numa coisa que, ajudar a população mas a população muitas vezes (não quer) ser ajudada né. (...), não é aquilo que você esperava totalmente né. () apoio da população, apoio da instituição, você acaba não tendo tudo isso que você queria.

Flávio sempre gostou do "militarismo", ele "acabou conhecendo a policia militar e gostou, se identificou", mas então, a idealização acabou porque "você acaba não tendo tudo isso que você queria". Fora parece uma coisa que *dentro é diferente*. Depois que se conhece e *se identifica*, quando a gente acaba "aprendendo como é uma instituição" vê-se que "o militarismo pesa muito" porque "tem muita coisa que você comete que aqui dentro é uma transgressão". "Muitas vezes você é punido por coisas que não" deveria? Mas cometeu...porque "a população não quer ser ajudada" então, "qualquer ato que você praticar lá vai dizer 'não tá errado'" e o PM vai ser punido de novo.

Dois movimentos são naturalizados aqui: O erro denunciado é injusto, mais uma vez, está fora e é fruto da

incompreensão da população que “não quer ser ajudada”. Além disso, como a clientela incompreensiva que não entende a “ajuda” do PM, ele, policial, “não entende” o apoio da instituição, mas vê o “castigo maquiado”, na repetição do mesmo discurso.

Rodrigo aponta sua insatisfação com a instituição, mas a salva na sequência:

[Entrevistadora] Mas você se sentiu como, esse surpreso ele é aliviado, decepcionado?

[Rodrigo] A princípio é uma decepção né. (...) Porque você imagina uma coisa e acaba acontecendo outra. Mas depois com o passar dos anos, eu já tenho 12 anos, eu sei que ... são duas, são três escolas na PM, a de soldado, de sargento e a de oficiais. A de soldado todos passam por isso. Então Aconteceu aquilo comigo, mas aconteceu isso com os outros. Antes e os depois. Setenta por cento do efetivo quando se forma pelo que eu observei vai fazer o policiamento ostensivo a pé. São coisas....de policial novato... O caro novato vai fazer aquela modalidade de policiamento. No começo eu não entendia, eu falava ‘o que que eu tô fazendo aqui?’. Por isso que eu falei pra você...que que eu.....imaginava mais ação, mais desempenho, né então, na verdade existe até uma questão de efetivo, de viatura, né. Se tivesse viatura sobrando provavelmente eu ia trabalhar numa viatura, mas...

A “decepção” que “sentiu” se reverte em resignação quando conclui que “A de soldado todos passam por isso” mesmo que “no começo eu não entedia”. E tem a justificativa para a instituição “se tivesse viatura sobrando provavelmente eu ia trabalhar numa viatura, mas...”. Justifica a instituição do mesmo modo que os outros justificam e se eximam de responsabilidade sobre os “erros”, “punições” e “críticas” de clientela e hierarquia. É o não entendimento o culpado de tudo! E instituição também está salva da crítica. Mas não no trecho abaixo:

[Rodrigo] Aí Tive outra experiência também que me desagradou bastante. Como nós éramos novatos, o governador não queria que o batalhão ficasse do lado da FEBEM ele deu como se fosse uma ordem de despejo, não sei como funciona isso, mas ele deu um prazo ...pra que o

comando da PM arrumasse outro prédio para é tirar aquele, pra que nós arrumássemos um outro Batalhão, outro prédio. (...). Aí arrumaram um outro prédio (...) E a mão de obra era nós...éramos nós policiais mais modernos....

[Entrevistadora] Como assim, vocês foram transferidos para lá, mão de obra, pra trabalhar nesse outro batalhão?

[Rodrigo] Não.. pintar, cortar grama, limpar, transferir móveis.

[Entrevistadora] Mão de obra da mudança mesmo.

[Rodrigo] Mão de obra da mudança e de obra. Então, eu acabei de me formar, e foi interessante essa experiência (tom irônico). Fui pra lá pra fazer serviço de peão. Ela usa parte do efetivo pra isso.

[Entrevistadora] Mas isso é procedimento....

[Rodrigo] Não, graças a Deus isso comigo não aconteceu, mas isso é comum. Mas às vezes o cara que tem mais tempo de polícia ele não escapa...sargento fica só olhando, tenente nem chega perto...

"O governador não queria que o batalhão ficasse do lado da FEBEM ele deu como se fosse uma ordem de despejo (...) aí arrumamos um outro prédio (...) e a mão de obra era nós (...) pintar, cortar grama, limpar, transferir móveis (...) Fui pra lá pra fazer serviço de peão". Há um efeito de desabafo e na sequência uma quase que retirada do que havia dito, "comigo não aconteceu", mas segue na crítica, "(...)sargento fica só olhando, tenente nem chega perto..." com a acidez da ironia "eu acabei de me formar e foi interessante essa experiência". A marca hierárquica não deixa dúvidas de quem faz e quem manda. E quem é mandado titubeia no momento de maior eloquência do desabafo.

Sobre a questão do apoio (ou falta de), Cleber conta:

[Cleber] É, tem um órgão de apoio que chama (), que ajuda né, colabora com a polícia militar, só que é um órgão que fica meio distante do, do pessoal aqui que tá diretamente na rua né. O policial só é encaminhado pra lá quando há pedido, geralmente de um superior né, que vê, e nem sempre o superior sabe que o policial tá passando aquela dificuldade né. Então, poderia ter um contato mais

próximo com a tropa, diretamente, pra saber o que tá acontecendo e tá encaminhando as pessoas pra um tratamento adequado.

A hierarquia "nem sempre (...) sabe que o policial tá passando aquela dificuldade", não tem "um contato mais próximo com a tropa". O "orgão" que tem "fica meio distante". Cleber fala em nome e no lugar da tropa só e subjugada pelo peso da espada hierárquica:

[Entrevistadora] (...)E no seu trabalho do dia a dia, tem alguma influência externa? Alguma coisa que não pertence à PM mas que acaba influenciando ou positiva, ou negativamente o que você faz?

[Cleber] Eu creio que sim. Eu creio que até da parte política tem um pouco de influência né, do alto comando, que acaba até influenciando aqui na parte de baixo, que a gente fala que é a linha de frente né. Então eu creio que tem sim.

A "parte política" é a "influência" externa, do "alto comando" para "a linha de frente" que é "na parte de baixo". A parte de baixo é de onde o PM fala.

E depois desse longo dia *entre a cruz e a espada*, o PM se rende, na fala de Diego:

[Cleber] ...o transcorrer do dia depende de cada área. É, tem dia que eu tô numa viatura normal, viatura normal que atende ocorrência na rua. Tem dia que eu tô na base comunitária (...) e, até o horário da rendição que seria quando a outra equipe noturna da entrada.

"O transcorrer do dia depende" (...) eu não sei o que eu vou fazer, se é "viatura normal" ou "base comunitária", até que chega "o horário da rendição". O PM que não errava e recebia castigos injustos, no final das contas se rende.

6.3. O meliante: "ele não tem nada a perder":

O meliante é diferente das outras pessoas. Ele apresenta-se em contraste com o policial por "não ter nada

a perder" e por não ter códigos a seguir, assim, podendo dar "tiros a esmo". Ele coloca o policial na posição de alguém que tem que se defender, mas não pode. Além disso, ele é "desumano" e é o que faz o policial se colocar no lugar de outras pessoas, as que têm família, as que têm "alguém esperando em casa", geralmente, "outro policial". Mesmo assim, o policial coloca a vida dele, do meliante, como passível de preservação; nem que seja "por último" no seu escalonamento de preocupações durante uma ocorrência de risco. Ele, o policial, não tem "sangue frio pra pegar e matar ele", se ele não reagir. Nos diz Renato:

[Renato] (...) já o meliante é diferente, ele tá ali, ele não tem nada a perder porque preso ele já vai porque tá cometendo um ato infraccio....um crime (...) se vê um cara que dá um tiro em você, dá um tiro "nimim", atentou contra a minha vida, (...) se eu tenho condições de dar um disparo e ter certeza pra que não atinja nenhuma pessoa. Se caso eu não tiver essas condições eu não posso, eu tenho que ficar escondido levando tiro e não posso atirar na pessoa. Por quê? Porque tem as pessoas em volta.

De um lado temos o "meliante", ele "não tem nada a perder" ele vai "dar tiro nimim", vai "atentar contra a minha vida". Mas o policial, ao contrário, "não pode dar tiro a esmo" só pode dar "tiro na certeza" porque "tem pessoas em volta". Mas o tiro na certeza é para "a pessoa", para o meliante. As pessoas aparecem meio indiferenciadas novamente neste discurso. O meliante é "pessoas armadas", é diferente. Também é diferente por conta do código, da regra que o policial tem que seguir. O PM encontra-se aqui no fio da navalha, em cima do muro, podendo a qualquer hora cair no "crime", que supostamente quer combater.

Entre os eventos marcantes, teve uma "única coisa" que deixou Renato "um pouco chocado"; foi um roubo. Tomar nota que este tipo de evento aparece adiante na análise entre os que são da polícia: proteger a sociedade, justamente, dos "indivíduos armados".

[Renato] (...) eles tavam armados e (...) precisavam abrir o trânsito que era horário de rush e eles sairam disparando para todo lado e dois tiros pegaram dentro do ônibus e duas pessoas foram alvejadas. (...) A pessoa pegar e dar disparo a esmo...pode pegar em qualquer pessoa. Pode pegar numa criança. Pode pegar numa pessoa...né, é uma coisa muito, então isso foi uma coisa que me deixou muito chocado assim, pela, pela, pela falta de humanidade das pessoas, (...) eu fiquei me sentindo na pele da pessoa, né, (...)

O que o chocou, neste caso, foi a "falta de humanidade das pessoas" porque ele ficou se "sentindo na pele da pessoa". O absurdo, para ele, é "a pessoa pegar e dar disparo a esmo" porque "pode pegar em qualquer pessoa. Pode pegar numa criança. Pode pegar numa pessoa". A indiferenciação das "pessoas" entra novamente em cena - meliante ou clientela, pessoas misturam-se. A pessoa marcada é a pessoa na pele de quem ele se coloca. E esta pessoa pode ser inferida nestes discursos como a pessoa que tem família, preferencialmente outro policial, como ele.

O meliante não tem nada a perder mesmo, especialmente se for "menor", no caso de Miguel, questão legal que chega a atrapalhar o trabalho do PM:

[Entrevistadora] Então you relaciona um pouco essa questão da violência com a Constituição, por exemplo? Eu não sei se eu entendi direito.

[Miguel] No meu ponto de vista é. Porque, se de quatro indivíduos tá, tem um maior e três menores, o menor ele vai segurar tá. Ele segura, é um ato infracional, fica de boa, e o maior com certeza ele já vai sair com aquela pena mais branda né. (...) Mas o menor, geralmente ele fica sempre um pouco aí na, na Fundação Casa né, (...). E ele volta pra rua, ele vê que o negócio é muito fácil, (...) e acho que nesse ponto aí que a sociedade acaba perdendo e o policial militar ele se sente um pouco prejudicado pela ação policial.

[Entrevistadora] Porque exatamente você se sente prejudicado?

[Miguel] Porque, é o seguinte, o flagrante, flagrante você tá preso e já era. E você sabe que quando você leva um menor a situação é outra. Pra começar, pelo

Estatuto da Criança e do Adolescente você já não pode algemar. Na presença do delegado você também não pode algemar, é aquele negócio mais light. O maior de idade, ele já vai algemado, ele já se sente preso, ele já é um flagrante ali. O menor você sabe que, se você, dependendo da conduta do policial com o menor, o próprio delegado já pode, um abuso de autoridade. Aí já fica difícil, geralmente os menores de hoje tem um metro e setenta, um metro e oitenta, e porte físico avantajado. E ele sabe que pra eles não dá nada, os próprios menores já sabem disso, então eles já saem no crime já sabendo que não vai dar nada, não vai dar nada. (...) E na maior parte das vezes as ocorrências é tudo menor, menor dirige bem, menor anda armado, menor pega uma família de refém, menor zoa todo mundo e aí fica nessa lenga lenga aí meu. Não adianta, a primeira coisa que o delegado faz, "você é menor?", bom já mudou o tratamento. Aí () que o DP é a casa dele. Ele não coloca o pé em cima da mesa porque o delegado não deixa, porque aí já virou banal o negócio.

O meliante de Miro, aparece desta forma neste relato:

[Miro] Eu fardado dentro da favela, socorrendo um cara baleado, que eu não sabia dizer quem era, se ele era ladrão ou trabalhador, se ele tava roubando ou não, e as pessoas tudo em volta de mim, mas eu não queria, eu já tava lá, eu já tinha chego lá.

Temos algumas personagens: "eu fardado", "um cara baleado" que precisa ser socorrido, tendo tanto potencial de ser clientela, "eu não sabia", mas podia ser "ladrão ou trabalhador", e o resto das "pessoas tudo em volta de mim", a clientela de olho de novo. O que é *ladrão* se não é *trabalhador* em oposição direta ao PM *fardado, marcado*.

Laércio também mostra um meliante em potencial no meio da população quando fala de sua rotina:

[Laércio] A rotina não é tão estressante, é estressante porque você vive no estresse do que, do risco né. Você tá ali e todo mundo te vendo, e você não tá vendo nada. Na realidade, você, pra criminalidade, você é cego, você não tá vendo o marginal em si. Você tá vendo as atitudes que venham contra o cotidiano, contra o normal. Então, essa parte acaba sendo um pouco mais estressante por quê, porque você, de repente você vê um monte de gente e ali no meio você sabe que tem alguém

que às vezes tá cometendo alguma coisa, só que você não tá vendo ela fazer errado, mas você acaba tipo, vendo situações de, de repente risco, não tá vendo nada e todo mundo tá te vendo. Sei lá, a rotina é essa né. Você é alvo.

"A rotina não é estressante", é a vida; "você vive no estresse". Do quê? Do risco em potencial, do criminoso em potencial que está na multidão, "todo mundo te vendo e você não tá vendo nada", ou, ao contrário, está vendo tudo, eis a questão, "as atitudes contra o cotidiano, contra o normal (...) alguém que às vezes tá cometendo alguma coisa, só que você não tá vendo ela fazer errado (...) não tá vendo nada e todo mundo tá te vendo". O PM "é alvo" do criminoso potencial. Neste trecho, o policial posiciona-se não só no lugar de quem está marcado e estressado pelo peso da farda que veste, mas também pelo peso de reconhecer a clientela como um todo como potencialmente criminosa.

Flávio apresenta seu criminoso em potencial, mas este está circunscrito em um contexto socioeconômico específico:

[Entrevistadora] Certo. E você falou estressante né, por conta da surpresa, do que vai encontrar. Me conta alguma atividade da sua rotina aí de trabalho, alguma situação que você acha mais difícil, mais estressante.

[Flávio] Patrulhamento em favela né. Que é aonde tem, patrulhamento em favela, que realmente você nunca sabe o que vai, uma viela, se vai ter alguém ali, traficando, de repente ele vê a viatura e () e ele atira e você nem tá ligado. Vai ver que nem tava de olho nele, mas como tá ali, a gente é sempre o, a gente tá fardado né. Todo mundo sabe que a gente é polícia. O ladrão não. O ladrão pode tá no meio da viela ali, à paisana, e de repente atirar e a gente nem sabe de onde veio o tiro, a gente não sabe quem atirou, a gente só sabe que é ladrão né. Ele com certeza sabe que a gente é polícia, tá identificado ali.

O criminoso potencial está "em favela". Ao mesmo tempo em que o PM "nunca sabe se vai (...) ter alguém ali", esse alguém o vê. O policial está "fardado, identificado", o criminoso não. Ele pode ser qualquer pessoa, qualquer

alguém. Contudo, o PM já sabe de algo; que é ali na favela que ele vai encontrar alguém de quem se defender, "que é ladrão".

Como o fez Renato, Flávio aponta as regras, no caso "deveres" que o meliante não cumpre - ao fazer a associação esperada pela entrevistadora do meliante com a pergunta sobre violência - e chega a dar uma impressão de expectativa de que isso ocorresse:

[Entrevistadora] E como é que é essa questão da violência? Porque polícia associa-se também com o combate à violência. Como é que isso tá presente nessa sua rotina de trabalho?

[Flávio] Você tá falando do que, violência...

[Entrevistadora] Violência, o que você julgar que seja violência.

[Flávio] Acho () que tem crescido bastante né, a () quer que se aborde o pessoal aí, muitas vezes sabe que é meliante. Não tem nada (), ele conhece todos os direitos dele sabe, sabe que ele tem direitos, então muitas vezes eles tem direitos mas os deveres dele ele não cumpre nenhum né.

"Essa questão da violência (...) nessa sua rotina de trabalho", gera até uma dúvida, de início "você tá falando de quê, violência", mas segue, o problema é "o meliante" que "conhece todos os direitos dele (...), mas os deveres dele ele não cumpre nenhum". É como se houvesse, então, algum acordo do qual não honra sua parte o meliante enquanto o policial é sobrecarregado de deveres. Seguimos, Flávio:

[Entrevistadora] Como assim?

[Flávio] Infelizmente aí, a gente tem que andar dentro da lei, igual ao pessoal fala "pô, o bandido mata alguém e não vai, tanto faz". Agora o polícia mata alguém, responde, a mídia vai lá e crucifica o polícia. Infelizmente é assim né, o bandido trabalha nas margens da lei, a gente tem que trabalhar dentro da lei. E, aí, por isso que a violência é tão grande né, tanta brecha da

lei, (...)

"A violência é tão grande" porque "infelizmente (...) a gente tem que andar dentro da lei", ao contrário do bandido que pode matar, o *polícia* não pode; "o polícia mata alguém, responde (...) crucifica o polícia" porque "o bandido trabalha nas margens da lei, a gente tem que trabalhar dentro da lei", a lei não deixa o PM matar, por isso "a violência é tão grande". Parece, então, que seria melhor para este PM ser policial 'fora da lei'. Repete-se aqui o discurso de que as regras impedem o PM de fazer o seu trabalho. E seu trabalho é defender-se, é fazer justiça, com as próprias mãos para acabar com a "grande violência".

6.4. O PM

6.4.1. Ser e Estar PM: dá pra separar?

Eu pergunto a Paulo, e seguimos no assunto:

[Entrevistadora] De outras pessoas, sejam elas quais forem. Aí, se você sente algum tipo de interferência no seu trabalho.

[Paulo] Não.

[Entrevistadora] Pessoalmente. Não na corporação como um todo.

[Paulo] Não, o que a gente tem aqui é lá fora, no meu ponto de vista, né, é pessoa fora, entendeu, o que eu tenho pra resolver, eu resolvo aqui dentro no serviço. Minha vida particular, é lá fora é outra vida, entendeu, aquela é minha outra vida.

[Entrevistadora] Então não tem influência, você age, ser PM não interfere na sua vida fora também.

[Paulo] Eu acho que não. Em relação ao serviço não.

[Entrevistadora] Tá.

[Paulo] Entendeu? Eu chego em casa, esqueço que sou PM, esqueço de tudo na verdade, vou viver minha vida como

normal.

Paulo aponta para uma distinção entre o lugar que ocupa como PM e do lugar da sua vida particular: num primeiro momento, não há interferência de fora no serviço de ser PM; “o que eu tenho pra resolver, eu resolvo aqui dentro no serviço. Minha vida particular, é lá fora é outra vida, entendeu, aquela é minha outra vida.” “Eu chego em casa, esqueço que sou PM, esqueço de tudo na verdade, vou viver minha vida como normal.” Parece que o mundo do PM é um mundo que foge da normalidade assim como as ocorrências que a polícia atende. Então tem-se que separar da vida de fora. Paulo segue, contudo, na indicação do trecho já analisado anteriormente sobre a clientela:

[Paulo] Em ponto de vista, em outro, sim. Que dependendo do lugar que você mora, você não pode chegar fardado, entendeu, você não pode falar pro vizinho que você é polícia. Entendeu?

Mas logo, a vida particular é invadida pela profissional, pela falta da normalidade, e entra na rotina da vida “de fora” de Paulo. “Que dependendo do lugar onde você mora, você não pode chegar fardado”. A farda impõe certos “não pode” que fazem parte do fato de ser PM. E esses “não pode” extrapolam os momentos em que a farda não está escondida. Há condutas associadas à farda, vestida ou não. Por conta da existência dela, ou melhor, de seu significado e peso.

Laércio também “esconde” que é PM, embora enfatize a mesma independência da PM e da vida particular:

[Entrevistadora] Você acha que de modo geral tem alguma influência externa no trabalho dos PM's que você tenha sentido no seu trabalho?

[Laércio] (...) a influência mais crítica é o que, você ser um policial militar e fora da polícia você não poder ser, tipo não poder ostentar isso. Que é o que acontece. Você tem que sair de casa sem ninguém saber e

voltar sem ninguém saber. Pra que você não corra risco nem exponha seus familiares. Essa seria a influência que a polícia traz pra minha vida. Mas não da minha vida pra polícia, não tem influência nenhuma.

"Influência mais crítica" é "ser um policial militar e fora da polícia você não poder ser", é separar, é ter de saber estar PM, mas não poder sê-lo completo. "Você tem que sair de casa sem ninguém saber e voltar sem ninguém saber", viver incógnito. É interessante como, nestes discursos, ao mesmo tempo em que ser PM, trabalhar como PM, impõe limitações aos momentos quando não estão em serviço, parece haver uma necessidade ou vontade desses policiais de mostrar que é PM, de ser PM, "ostentar isso". E se ser "ostensivo" é apontado como o trabalho da PM, então pode-se inferir que o PM quer continuar seu trabalho o tempo todo. Há uma indistinção dentro e fora da PM.

Miguel responde esta pergunta da mesma forma, e apresenta similar mudança de direção:

[Entrevistadora] E tem alguma influência externa no seu trabalho aqui na PM? Qualquer coisa que não seja de dentro da companhia que você acha que eventualmente possa influenciar no seu trabalho como PM?

[Miguel] Não, a princípio eu procuro me dedicar nas minhas horas de folga, se é a isso que você tá se referindo, à minha família. (...). Você tem horário pra entrar, (...). E no outro dia é seu dia de folga. Então se você pega um flagrante com várias partes pra serem ouvidas, droga, arma, com certeza você já vai perder um pouco da sua folga, né.

[Entrevistadora] E tem alguma influência aqui do seu trabalho, de dentro do seu trabalho, na sua vida lá fora?

[Miguel] Tem, tem, porque no momento em que eu tiro a farda, quem é meu amigo lá fora ele vai me respeitar, essa que a, e claro, você aqui dentro, você tratando todo mundo com educação, a partir do momento que você tirar a farda, você vai ter um amigo lá fora. Se você é truculento aqui, lá fora você não vai ter amizade. Quando você precisar de alguém pra, alguma coisa, eventual, qualquer coisa, uma festa, (...). Então você tem que (), colocou a farda, você tem que ser imparcial, você tem que ser profissional, amigo, saber dar risada na hora

certa. (...) E a gente precisa estudar, precisa ter contato, se a o cara viver vinte e quatro horas polícia, aí é difícil. Tem que deixar um pouco de lado.

À princípio, a vida *de fora* não influencia a vida *dentro* da PM. Miguel responde enfatizando que procura "dedicar minhas horas de folga à família". Contudo, revela que "se pega um flagrante (...) com certeza você já vai perder um pouco da sua folga". A "influência do trabalho" na vida "lá fora" começa no tirar a farda; "o momento em que eu tiro a farda, quem é meu amigo lá fora ele vai me respeitar". Amizade e respeito se confundem. Este respeito é permeado em alguns "tem que" do PM: "tratar todo mundo com educação" que se equivale a "ser profissional" na hora em que está com a farda, isto é aqui, ser "amigo, saber dar risada na hora certa". São atitudes do policial que vai ter amigos quando tirar a farda que se opõe ao "policial truculento" que "não vai ter amizades lá fora". Ele fala de um "deixar um pouco de lado" o ser PM, mas a qualidade da vida "fora" depende das habilidades pessoais do PM com a farda. Um efeito de simbiose.

Mais adianta, Miguel *deixa de lado* o "deixar um pouco de lado" e nos conta o que é ser PM:

[Entrevistadora] Me conta um pouco como é que foi essa escolha de ser policial.

A entrevistadora insiste na pergunta da "escolha de ser policial", posicionando o PM num lugar diferente daquele de onde Miguel vai responder:

[Miguel] Isso daí já vem desde bem novo entendeu. É por você ter parentes entendeu, já na corporação, você já cresce com aquilo, "ah eu quero ser policial, ser policial, policial". Eu não tinha outra coisa a não ser policial, policial, policial.

(...)

[Entrevistadora] E e o que é ser PM pra você?

[Miguel] Ser PM pra mim é uma forma de, é um complemento né. Eu não consigo fazer outra coisa a não ser PM tá. Eu acho que eu já tô, como o pessoal fala, eu já tô um pouco enraizado. Não sabe falar outra coisa a não ser PM, PM. Estou tentando agora, com esses treze anos, a começar a ter mais contato aí fora, estudo, com pessoas que não é do meu meio, do meu convívio.

"Ser policial, policial, policial" desde o começo era assim, como um vegetal "um pouco enraizado", não há escolha "eu não consigo fazer outra coisa a não ser PM", embora eu esteja "tentando agora (...) começar a ter mais contato aí fora". De repente é como se "aí fora" não existisse mais, só dentro, só ser PM.

Nem para Diego:

[Diego] Ah, na verdade a gente não deixa de ser PM por nada você é PM 24 horas. (...) onde você vai você fica ligado 24 horas. (...) Eu, particularmente, se eu chego numa festa, nunca eu vou chegar e ir direto pro meio, por exemplo, eu sempre vou encostar as costas numa parede, vou observar todos que estão no local, quem pode ou não ser pessoas que podem querer causar algum perigo, não só pra mim, mas outras pessoas, (...). Na sua casa, num deslocamento, você nunca vai tranquilo, (...)

O policial "nunca vai tranquilo", nem "numa festa", vai "observar todos que estão no local (...) que podem querer causar algum perigo". Um policial "não deixa de ser PM por nada". E pode não ostentar, mas não vai deixar de vigiar.

Então faz sentido que para Miro, ser PM seja instinto:

[Miro] (...) às vezes o policial vai, assim, desculpa, tá todo mundo ouvindo tiro, todo mundo corre pro lado e a polícia corre pra onde tá tendo o tiro pra ver o que tá acontecendo. E foi esse instinto que me moveu até a cena. E lá você tem que dar uma posição...

É o "instinto" que move o policial a "dar uma posição", mesmo que seja posicionar-se no lugar de onde

"todo mundo corre". Para Miro, também, a farda se sobrepõe ao cidadão:

[Entrevistadora] Geral assim, qualquer coisa, se você sente alguma interferência que não é de dentro da polícia no seu trabalho seja na vida particular sua ou não.

[Miro] Ah, né, eu tento, é, colocar a polícia assim, ver a polícia como a instituição inteira, eu não trabalho vendo o meu lado. Eu, quando eu venho pra cá e eu coloco a farda eu não sou mais só eu pessoa, só um cidadão, né. Eu sou um policial de segurança pública. Eu sou o policial militar profissional de segurança pública. Então, eu gosto de fazer dessa forma, pensar desse jeito.

Não parece ter interferência, porque Miro vê a "polícia como instituição inteira", para um todo para onde ele é praticamente engolido, "eu coloco a farda eu não sou mais só eu pessoa, só um cidadão". Ele se transforma, "eu sou um policial de segurança pública. Eu sou o policial militar profissional de segurança pública". A farda marca a diferença entre o policial e o cidadão. Diferença que vai desde as atitudes cotidianas até as leis e normas a se seguir. A farda inaugura ou diferencia um contexto completamente diferente.

[Flávio] No começo você, tem aquele pouco de receio né, a gente tem um pouco de receio de, porque não conhece muito bem como que é, mas a gente vai se condicionando com o tempo né. Vai se condicionando, vai aprendendo como agir, o pessoal mais antigo vai passando pra nós como deve agir, como deve ser feito, e com o tempo a gente vai se condicionando a, ao ato né.

Flávio é condicionado no papel de PM: "No começo há receio" porque "não conhece", mas "vai se condicionando e aprendendo como agir com o tempo e com o pessoal mais antigo que vai passando", e "vai se condicionando ao ato", do fazer ao ser policial. Mas ao mesmo tempo, adiante, ele também aponta um distanciamento entre o momento em que é PM

e o que não é PM:

[Entrevistadora] Tudo bem. E alguma influência do seu trabalho, do fato de você ser PM na sua vida fora da polícia?

[Flávio] Também não, eu particularmente consigo diferenciar bastante. Procuro, evito ao máximo de comentar com familiares as ocorrências, como foi meu dia a dia. Não guardo pra mim também, mas procuro não ficar levando pra casa a instituição. Aqui dentro da instituição eu sou policial militar, na minha casa eu sou eu mesmo. Não fico levando problema pra família, pra ninguém.

O efeito que esse trecho dá é de que “ficar levando pra casa a instituição” é levar “problema pra família”, para os outros. Há de haver uma distinção “aqui dentro (...) sou policial militar, na minha casa eu sou eu mesmo”. Ou seja, mesmo com o suposto condicionamento, supostamente há um distanciamento entre um e outro. Mas ele continua num outro viés:

[Flávio] (...) você tem que realmente gostar, você tem que vestir a camisa, vestir a camisa da instituição. Não basta somente tá aqui por tá, porque é um emprego legal, porque quer ser funcionário público, ou por causa de um salário, você tem que tá aqui porque você gosta realmente. Se não você não fica.

[Entrevistadora] *Porque não fica?*

[Flávio] Por causa do, da pressão ali fora né, porque meu, é, o fator surpresa, você nunca sabe o que vai deparar. (...) pelo militarismo. Tem gente que acha que a polícia militar é uma coisa, a polícia militar é uma coisa, entra aqui dentro e aí sente o peso do que é a palavra militar, não é só polícia, tem a palavra “militar” aí, e acaba tendo todo um regime disciplinar.

“Tem que vestir a camisa da instituição” para ser policial militar. “Tem que realmente gostar” por conta da “pressão” e do “fator surpresa”. No final das contas, tem que vestir a *farda* e não parece haver muita *surpresa*, no entanto, afinal de conta, está estabelecido “não é só

polícia, tem a palavra 'militar' aí". E isso muda tudo. Não é só polícia, é militar.

Ser PM pode marcar a vida ou a morte para Diego:

[Diego] Age por instinto. Pelo instinto mesmo, decide em fração de milésimos de segundo se você, se alguém vive, se alguém não vive. Se VOCÊ vive, se você não vive. Porque é muito rápido.

6.4.2. Entre o fazer e o ser PM: pau pra toda obra

Nos relatos sobre as ocorrências, fossem elas as fáceis, difíceis, ou de qualquer outro tipo, ficou marcada sua caracterização como genérica, a la "pau pra toda obra". Para Cleber, nada é fácil por conta mesmo da natureza de seu trabalho:

[Cleber] Mais fácil, é difícil até de falar pra você né. Que na nostra área a gente lida com crises né, com momentos difíceis da população ou do ser humano em si. Momento fácil, eu não sei colocar pra você.

Não dá pra ser fácil lidando com o "ser humano". A dificuldade está, mais uma vez, nas pessoas confundidas com ocorrências, com situações. E ele continua com o que é ser PM:

[Cleber] O que é ser PM, eu acho que envolve de tudo um pouco, não apenas em específico, uma operação específica, ser PM eu acho que é procurar todo mundo, a população, tentar salvar vidas, manter a ordem pública. E isso se dá de diversas maneiras né.

Ser PM é "tudo", e *tudo* é "tentar salvar vidas, manter a ordem pública". É *tudo* que há para fazer. Laércio também coloca o trabalho do PM num *fazer tudo*:

[Entrevistadora] Me conta uma situação que você considere mais representativa do seu trabalho, como se

fosse assim "olha, PM é isso", essa cena, essa situação. Escolhe alguma situação pra me contar que você ache que...

[Laércio] É como eu disse, a polícia tá, no meu entender a polícia é o que, a polícia faz tudo, a gente é o Bombril, na realidade a gente é o Bombril. Tudo que você tem problema que, se você tem um problema de saúde, você não pensa em ligar 193 que é o bombeiro. (...) Tudo é 190, tudo é 190. Então você resolve problemas de casal, você resolve problemas de família, você socorre, você, é, às vezes você depara com um cara armado e é você ou ele. Então, é, diversas situações. Mas que nem você falou, (...)

A "cena" que Laércio "escolhe" como "situação mais representativa" de ser PM é a comparação da polícia com um produto que tem *mil e uma utilidades*, "a polícia faz tudo, a gente é o Bombril, na realidade a gente é o Bombril", então "resolve, resolve, socorre, e [se] depara com um cara armado e é você ou ele". As mil e uma utilidades resumem-se em resolver e salvar a vida do PM no momento em que aparece "o cara armado". Importante notar a repetição desse discurso onde o 'ser tudo' desliza para o 'cuidar da população despossuída' (do capítulo sobre a clientela) e culmina com salvar a vida do policial, como foco último do trabalho do PM.

Renato fala das ocorrências fáceis:

[Renato] É...momentos mais fáceis são ocorrências que caem pra gente que não são relacionadas à polícia militar. (...) Chega a ser uma diversão. (...) têm ocorrências assim que, são mais, não são todas, né, mas que são ocorrências muito...você até dá risada (...) é uma coisa que não tem nada a ver com a gente, mas, o que que acontece, a pessoa ela não tem a quem recorrer ou a pessoa não sabe a quem recorrer ou sabe que... felizmente, felizmente e infelizmente, a única coisa que ainda no poder público funciona, parece que não, mas é a polícia, você pode ligar, (...) A polícia abraça tudo. A polícia militar, ela pega tudo, ela abrange tudo, ela é um braço do estado que vai em todo lugar. Por isso que o policial militar, a maioria das ocorrências nossas não tem a ver com problema de polícia.

[Entrevistadora] E como é que você.... (...)O que

que você acha, né, disso..

[Renato] É, eu, eu acho errado. (...) Então é, colocam, eles colocam alguns parâmetros, né, é, na constituição que cabe à polícia militar.

[Entrevistadora] Ah...então há uma interpretação da constituição que até cabe...

[Renato] Que força, na verdade, que força a polícia militar a atender esse tipo de ocorrência. Qualquer é, qualquer tipo de situação que fuja da normalidade pública é caso de polícia, qualquer situação. (...) Nosso dever é o que? É proteger a sociedade da agressão. (...) Eu acho que isso aí não seria uma agressão. Mas só que como na constituição, (...). Fugiu da normalidade é caso de polícia. Então quer dizer, tudo foge da normalidade!

[Entrevistadora] E, mas, eu acho que você já respondeu isso, mas eu vou perguntar de novo. E você se sente como? Você disse que acha errado ser assim, embora na constituição tenha uma brecha que acaba levando o policial a encarar isso, mas como você se sente no seu trabalho como policial frente a isso?

[Renato] Então, frente a isso, eu, assim, é, na verdade eu me sinto realizado, porque, o que que acontece? (...) Se a polícia não for, independentemente do problema do cidadão, se a polícia militar não for até o local, ele não vai ter uma solução. (...) Eu me sinto satisfeito por quê? Porque a gente acaba ajudando as pessoas. Independentemente de não ser o nosso serviço, (...). A gente tem aquela coisa do braço amigo, né.... eu, eu penso desse jeito.

Os momentos "mais fáceis" são "ocorrências que caem pra gente que não são relacionadas à polícia militar. Chega a ser uma diversão". Não há alternativa para o policial; "é uma coisa que não tem nada a ver com a gente, mas, o quê que acontece, a pessoa ela não tem a quem recorrer", mas "felizmente e infelizmente" a polícia está lá, ela "funciona no poder público", "é a única coisa". Porque "A polícia abraça tudo. A polícia militar ela pega tudo, ela abrange tudo, ela é um braço do estado que vai a todo lugar." Neste discurso, a polícia ocupa um lugar que parece ser fisicamente enorme, caracterizando-se como uma onipresença quase que divina.

De diversão, para Renato, este momento do trabalho da polícia, o "braço do Estado", passa a ser algo que "sobrecarrega" justamente por esta mesma natureza de abranger tudo, e se torna algo "errado". "É, eu, eu acho errado", mas "eles colocam alguns parâmetros, né, é, na constituição que cabe à polícia militar."

Contudo, o PM separa-se da farda outra vez quando localiza a abrangência do trabalho da polícia numa relação onde "não tem quem faça" então "na constituição (...) cabe à polícia militar". O que é este caber? "(...) na verdade, que força a polícia militar a atender esse tipo de ocorrência. Qualquer é, qualquer tipo de situação que fuja da normalidade pública é caso de polícia, qualquer situação". Então, a polícia, "braço do Estado" é forçada a atender todo tipo de ocorrência porque "qualquer coisa que acontece foge da normalidade, né, então é caso de polícia".

Mas no final das contas, são essas ocorrências que fazem o policial se sentir "realizado". A PM passa de "braço do estado" para ser um "braço amigo" e ocorre um deslize entre a 'obrigação' e a 'satisfação'. Se por um lado é dito que o "dever" do policial é "proteger a sociedade da agressão", mas estas ocorrências que trazem satisfação não consideradas desvios disso, atribui-se um viés heróico a estar "ajudando as pessoas" mesmo que seja fazendo outro "serviço" que não o "nosso" como se isto fosse destacado do 'real' trabalho do PM que permite inferir uma distinção entre o que é trabalho como PM e o que é ser PM. Ser PM é carregado, nesta fala, do mito do herói, e é isto que satisfaz.

Paulo também mostra um caráter do trabalho da PM, abaixo:

[Entrevistadora] Entendi. E como é que ...hã...o que que seria um momento mais fácil, pra você? Mais tranquilo na sua rotina de trabalho?

(pausa)

[Paulo] Tranquilo, tranquilo não tem. Que a gente, a partir do momento que a gente sai pra rua, a gente tá, tem que fica ligado a hora inteira do serviço. (...)... a gente é um alvo. A gente veste uma farda, tá na viatura, a gente fica um alvo, então a gente não pode ter nenhum momento de distração porque pode ser fatal.

O fazer da policia é ficar "um alvo". Vai para além da relação com clientela, hierarquia, meliante. Quando perguntado sobre "o que deveria ser o trabalho da polícia, só o trabalho da polícia?" ele responde:

[Paulo] O trabalho preventivo, pra não ter nem roubo e nem furto. Entendeu. Esse é um tipo de trabalho. E a ordem pública, manter a ordem pública nas, nas vias. Entendeu. Que nem, acidente de trânsito, fora de outras coisas, que nem, barulho em residência, não é competência da polícia, mas mesmo assim o pessoal leva a polícia pra resolver.

[Entrevistadora] E, que você acha disso, como é que você se sente com relação a esses tantos problemas da polícia e não da polícia que a polícia acaba lidando?

[Paulo] Que nem, na verdade você acaba tendo várias funções, entendeu, (...), então você acaba seguindo várias funções sendo que a sua realmente você tá deixando de fazer de alguém tá precisando.

[Entrevistadora] Que seria?

[Paulo] Seria roubo em residência, com refém, sem refém, tudo. Você deixa de fazer uma coisa pra tá atendendo uma outra coisa que não tá na sua profissão. Compatível com a sua profissão.

[Entrevistadora] Mas e aí? Mesmo assim

[Paulo] É todo dia atendendo a essas ocorrências.

[Entrevistadora] Mas aí, tem duas coisas que você me falou: um, que é uma profissão bonita...

[Paulo] Profissão bonita.

[Entrevistadora] Pelo que eu entendi por fazer essas coisas!

[Paulo] É, isso também tá, é, que alguma pessoa faz algum outro mal. Você tá dando a sua vida pra salvar a

vida de outro. Vamos supor, tem refém ali, então você está se expondo a, a sua vida, pra poupar a vida de outra pessoa.

O trabalho específico da polícia é "um tipo de trabalho", que acima de tudo é "manter a ordem pública", "nas vias", "acidente de trânsito". Curioso aqui que o trabalho preventivo aparece correlacionado a um tipo de trabalho da polícia bastante específico, relacionado ao trânsito e "fora outras coisas não é competência da polícia". É repetida a reclamação da atuação abrangente da polícia, mas eu aponto, retomando o próprio discurso dele: "você me falou que é uma profissão bonita (...) pelo que eu entendi, por fazer essas coisas". Neste momento, Paulo retorna a um tema: "É, isso também tá, é, que alguma pessoa faz algum outro mal. Você tá dando a sua vida pra salvar a vida de outro. (....) você está se expondo a, a sua vida, pra poupar a vida de outra pessoa." O que estraga a beleza do trabalho é a maldade feita contra o PM exposto ao "salvar a vida do outro", ou seja, ao fazer seu trabalho. Retorna-se, assim, à questão do "alvo" que permeia este discurso.

A diversidade do trabalho do PM é apresentada na expectativa da clientela, nos olhares que atraiu Miro a serviço em um hospital:

[Miro] (...) E eu só sou um policial lá então as pessoas não tavam (sic) olhando para o médico, olhavam pra mim. 'Ué, mas e aí, não vai salvar aquele ()' (risos).

[Entrevistadora] Você achava que tinha uma expectativa diferente olhando pra você...

[Miro] É, exatamente, assim, a população, é olha a polícia militar como a solução do problema, não importa (inaudível). Mesmo se tem uma árvore caída no quintal dela por causa da chuva ou se tão quase brigando, fica olhando pro polícia 'vai fazer o que agora?'. As pessoas olham assim como se fosse assim uma tela, né, de

televisão, elas querem ver ação."

Apesar de ser "só um policial", ao contrário de alguns comentários onde *ser PM é ser tudo*, Miro atraía "expectativas diferentes olhando para" ele, no seu relato; "como a solução do problema", a população "fica olhando pro polícia (...) como se fosse assim uma tela de televisão". Como alguém que assiste a um show, "querem ver ação". Apesar de não querer ser o "show", Miro fala de um posicionamento de alguém que percebe atribuído a esse lugar certas expectativas que, contudo, são expectativas da e na sua fala.

Miguel resume:

[Entrevistadora] (...), o que é que é ser, qual que é o trabalho do PM, na tua opinião. (...).

[Miguel] PM é, é servir, proteger a comunidade. Tentar da melhor maneira possível, é, resolver, solucionar alguma coisa tá, para que todos fiquem a contento (...). Você faz de tudo, parto, separa briga de marido e mulher, manda abaixar o som, tira animais da rua, engloba, é tudo. Ser policial militar é o, digamos assim, o faz tudo. Porque todo mundo, qualquer coisa, 190. Não faz nada sozinho, não faz nada. Ele pode ver uma pessoa em convulsão no chão. O que é pra fazer? Vira do lado, libera as vias pra ela respirar e ela volta ao normal. 190. Tudo é 190. Então a própria população, ela já bitolou, ela já colocou aquilo na cabeça. Por que tem polícia?

Ser - ou o trabalho de - PM é "servir, proteger a comunidade, tentar (...) resolver, solucionar alguma coisa (...) a contento", parece que não importa o que, mas que agrade, e agrade a todos aquele que "não faz nada sozinho", da *população bitolada* que o PM é "o faz tudo", afinal de contas, "por que tem polícia?". Ser PM e o trabalho de PM indistinguem-se até na fala da entrevistadora como se fosse equivalentes, embora oscilem seus sentidos em outros discursos. Ser e fazer PM confundem-se: O PM é o "faz

tudo", ou ao menos é assim que ele se enxerga e a partir disso atua.

Rodrigo conta de experiências desagradáveis:

[Rodrigo] Daí eu fui para o policciamento escolar. (...) E lá na época era um polícia em cada escola. Você ia para a escola de meios próprios e fica na escola pajear aluno. (...)

[Entrevistadora] O que você chama de pajear os alunos?

[Rodrigo] Por que assim, (...), na época em que eu estudava...a inspetora de alunos tinha autoridade, conseguia controlar os alunos, hoje acabou isso, então o peçoal acredita que o policial pode ficar tomando conta do filho dos outro dentro da escola. Então na verdade, eles queriam na época, na verdade, o policial, não sei porque, fazia papel, ... tinha que ficar olhando pra ver se a pessoa não ia cabular, se o aluno não ia pular o muro....

Aqui surgem questões com a hierarquia, "você ia para a escola de meios próprios", ou seja, a instituição não dá os "meios"; e com a clientela, "o pessoal acredita que o policial pode ficar tomando conta do filho dos outros" neste fazer de "pajear aluno, ficar olhando pra ver se a pessoa não ia cabular, se o aluno não ia pular o muro" que ele não entende, "não sei porque" e que dizem respeito a algo, "controlar os alunos", que era de outra esfera, "na época em que estudava", era com a "inspetora de alunos". O caráter de "faz tudo" é atribuído externamente.

Entretanto para Miro, tem polícia para *corrigir*. Ele entoa com Renato a ideia de normatização:

[Entrevistadora] (...) se teu papel como policial, sua profissão como policial, afeta de alguma forma tua vida lá fora?

[Miro] Não, graças a Deus assim, nunca afetou acho que desde o começo () não deixar o serviço engolir a gente, né. (...), sabe, então é eu não posso ficar assim, sabe, 24 horas como se eu tivesse fardado, né, tentando

corrigir as pessoas, é, de alguma forma tentando fazer o serviço de policiamento, né. Correção, tentar corrigir o mundo, enfim, 24 horas assim, todo momento. Ou em casa, com a família, com os parentes. A sociedade é a sociedade, né. Então cada área vai ter seus problemas, não vai mudar.

Apesar de anteriormente Miro ser engolido pela farda e não ser mais ele mesmo, ele não quer “deixar o serviço engolir a gente”, para isso não pode ficar fazendo o serviço “24 horas”, “como se tivesse fardado, tentando corrigir as pessoas (...) tentar corrigir o mundo”. Ele aponta, contudo, uma compreensão inexorável de que “a sociedade é a sociedade”, então “não vai mudar”. Há aqui novamente o pressuposto de que, de certa forma, o trabalho do PM é “tentar corrigir o mundo”, ele só não deve fazer isso “24 horas”.

Situado num lugar de onde supõe a necessidade de ser ‘pau pra toda obra’, o PM fala do discurso do difícil: ter que normatizar, corrigir, trabalhar a contento, sem saber porque o faz e ter que saber que não vai mudar. E numa fala que dá voltas, cercada por regras, não conseguir realizar o trabalho que, em última instância parece ser o que mais importa, que é SE salvar e SE defender.

6.4.3. PM fardado, PM alvo, PM mártir

Laércio, ao contar de sua rotina, anteriormente, e apontar sua preocupação com o criminoso potencial no meio de *todo mundo*, conclui com ares de inevitabilidade:

[Laércio] Você tá fardado, todo mundo tá te vendo. Então é um alvo.

Cleber já começa o dia marcado assim, “esperando o pior”:

[Entrevistadora] E como é que é o dia a dia? Eu

imagino que não seja tudo igual, mas, mais ou menos, o que acontece de mais comum?

[Cleber] O nosso dia a dia é imprevisível né. Cada dia a gente sai pra rua, a gente sai sujeito a tudo e esperamos tudo né, sempre tá preparado pro pior. Mas às vezes acontece dias gratificantes também né, dias tranquilos, são raros, mas acontecem."

O "imprevisível", é, na verdade, mais certo do que se imagina, "sempre tá preparado pro pior". Como alguns dos outros entrevistados, seu "momento mais marcante" fala de um *PM* alvo:

[Cleber] Mais marcante foi num (mandado) né, foi socorrer um parceiro nosso, que em confronto aí acabou sendo atingido por um disparo. Foi uma das que mais me marcou né, porque não é fácil você ver um companheiro ali, a ponto de perder a vida."

Paulo conta de uma situação marcante da mesma forma, "foi um acidente de viatura, com um amigo meu". Sem titubear como o fez em outros momentos da entrevista. Seguimos sobre este momento marcante:

[Entrevistadora] E como que os policiais lidam com esse tipo de ocorrência? Com esse tipo de situação?

[Paulo] Oh, nesse, o policial é forte, né, mas quando envolve algum parceiro assim ele já fica meio...

[Entrevistadora] U-hu.

[Paulo] É, como se fala assim, com medo né. Que vai acontecer alguma coisa com o amigo de, de farda né. E foi marcante. A gente precisando do resgate e o resgate não vinha. E a gente vendo ele com vontade de respirar e não conseguindo respirar no chão. E, é difícil pra gente.

A situação mais marcante foi "acidente com amigo meu" porque mesmo o "policial" sendo "forte", "quando envolve algum parceiro (...) ele já fica meio (...) como se fala assim, com medo né". Medo de "acontecer alguma coisa com o amigo de, de farda". A violência contra a farda é o que

pesa. Ser alvo é o que marca o PM. Digno de nota é o fato disto já vir ocorrendo nos discursos analisados e não ser de se surpreender que assim continue; há uma naturalização desta questão e de seu uso inferido para justificar e dar força ao discurso sobre o que é o suposto trabalho do PM. Flávio segue mostrando o mesmo:

[Entrevistadora] Nesses quatro anos qual foi a situação de maior violência que você passou, ou que você acha, enfim.

[Flávio] Situação de maior violência que eu passei... acho que acompanhamento com carro, com troca de tiro. O pessoal acompanhando o carro, jogando tiro pra cima da viatura, a gente também. Muitas vezes o policial não pode atirar no carro, tem que afastar um pouco mais, então a gente fica meio recuado. Que nem eu falei pra você, o marginal trabalha às margens da lei, a gente trabalha dentro da lei. A gente não pode atirar no carro, mesmo com o marginal atirando em nós, tem que manter distância porque às vezes pode ter alguém, alguma vítima né, de sequestro, e a gente pode abater essa vítima. Ou que esteja dentro da, do porta-mala. Então é bem estressante, () tiro pra cima de você e você tá ali recuado, tá dando as coordenadas.

"Situação de maior violência" é "acompanhamento (...) com troca de tiro", "jogando tiro pra cima da viatura, a gente também", mas o "policial não pode atirar no carro" então "fica meio recuado", "a gente não pode atirar no carro, mesmo com o marginal atirando em nós, tem que manter distância porque às vezes pode ter alguém, alguma vítima", por isso "é bem estressante". O policial não pode revidar o ataque contra ele. Percebe-se que o estressante é quando o jogo se inverte e o PM é o alvo que não pode atirar de volta.

O momento mais marcante de Flávio?

[Entrevistadora] Hum. Qual foi a situação mais marcante que você viveu nesse tempo que você é PM?

[Flávio] De polícia? Mais marcante? Ah acho que, (nunca aconteceu) comigo, mas toda situação marcante é

quando seria um amigo policial baleado. Eu não tava [sic], nunca presenciei um amigo ser baleado, mas vira e mexe aí, pelo nosso sistema, você ouve ter policial baleado, você se põe na situação da pessoa, né. Aí você vai lá no hospital e acaba vendo familiares, e acaba se colocando na situação, né. "Pô poderia ser eu né, poderia tá minha família chorando, minha mãe chorando" e você acaba ficando um pouco abalado por causa da situação, né. Se sente um pouco comovido com o amigo né, então, acho que esse tipo de situação aí. Não a situação de tá trocando tiro, de tá () em favela. Mas a situação de um amigo seu tá numa situação difícil né. Muitas vezes é muito mais difícil do que você tá nessa..."

Mais uma vez, "não é a situação de tá trocando tiro (...), mas a situação de um amigo seu tá numa situação difícil", essa aí é a "situação mais marcante" que o deixou "abalado". É a questão de virar alvo e poder se machucar onde ele "se põe na situação da pessoa". A pessoa é o PM. É "um amigo policial". "Baleado". O interessante é a naturalização da noção de que a única pessoa que há ali é o companheiro em perigo, não há mais as vítimas, não há mais ninguém.

Para Paulo, ser PM é um "instinto". Num movimento de "vai e volta", onde o PM vai:

[Paulo] Então, como, é um instinto, né. A gente vai por instinto mesmo, né. Que nem, vamos supor, tem bandido trocando tiro com um colega nosso. Então você quer chegar lá no local, né, pra ajudar ele. Entendeu? Você chegar o mais rápido pra tá lá. Então isso, já tá no sangue. É uma coisa que, o perigo tá lá, a gente que ir lá. E as outras pessoas não, o perigo tá lá, mas as pessoa quer sair de lá. E a gente não, o perigo tá lá, a gente tem que ir pra lá (risos).

O PM quer "ir lá" onde "o perigo tá", de onde "as pessoas quer sair" [sic]. É algo que "já tá no sangue". Mas é importante notar, mais uma vez que "o perigo" é onde "tem bandido trocando tiro com um colega nosso".

Diego também mostra essa questão envolvendo "o desespero do companheiro":

[Entrevistadora] E...como é que é durante o dia...que tipo de coisas podem acontecer no seu dia? Geralmente, assim, tipicamente.

[Diego] Bom, tipicamente você fica pensando que seja um dia natural como vem sendo os outros, né, que não tenha um índice de roubo alto, que você não vá precisar sair com a viatura igual um louco aí. Que nenhum companheiro seu precise pedir apoio no rádio que, é porque quando tá acontecendo alguma coisa grave que você vê o desespero do companheiro no rádio e você tá longe, você quer chegar. Então você pode ter tudo normal, o mais possível. (...)

"Tipicamente" o que o PM espera é "um dia natural". Retorna aqui índices de normalidade. Por mais impressionante que isto possa soar, *um dia natural*, para o policial, é um dia "que não tenha um índice de roubo alto", mas, especialmente, que não tenha "nenhum companheiro seu [que] precise pedir apoio no rádio", pois isso é sinal de "alguma coisa grave", aí você que "tá longe, quer chegar" e tem que "sair com a viatura igual um louco". Fazer o trabalho e ajudar o amigo PM se misturam; se particularizam e se generalizam no mesmo ato. O PM amigo vira "pessoa em perigo". É o que faz o PM "sair com a viatura igual um louco", mas é o que foge da naturalidade, então desliza para ser objeto de trabalho do PM como um todo.

Apesar disto, ao ser perguntado o que acha destas ocorrências fora da normalidade, eis como Diego se posiciona:

[Entrevistadora] E como é que você lida com essas ocorrências que são fora da rotina?

[Diego] Na verdade, eu particularmente gosto, eu particularmente gosto porque você quer é fazer o serviço de polícia mesmo, que tem que ser feito.

[Entrevistadora] Que é, serviço de polícia mesmo?

[Diego] Pegar ladrão, evitar roubo, ajudar a população a se sentir pelo menos mais segura que o patrulhamento tá sendo feito, o bandido tá sendo pego, armas são tiradas de circulação, essas coisas.

[Entrevistadora] Bom, durante esse dia, que momento ou que atividade você considera *mais difícil*, *mais complicada*?

[Diego] Pra mim não tem muito mais complicado. Tem mais delicado, a questão desse tipo de ocorrência que eu particularmente prefiro esse tipo de ocorrência que tem mais uma atenção especial, um perigo maior.

"Particularmente", Diego *gosta e prefere* este tipo de ocorrência, onde o policial mártir está em *desespero* e ele, amigo de farda, vai ajudar. Isso aí é que "é fazer o serviço da polícia mesmo", é "pegar" alguém, "evitar" algo, "fazer" alguém "sentir (...)mais segura" que algo "tá sendo feito", alguém tá "sendo pego(...)essas coisas", mas que parecem só fazer sentido se a vítima é o companheiro policial. Essa é a ocorrência mais "delicada", que requer "uma atenção especial" que representa um perigo maior.

E tem alguma coisa mais *fácil*, Diego é perguntado:

[Diego] Mais fáceis, mais tranquilos...horário de ir embora. (...)Ah, porque aí você pode se desligar daquele mundinho, né. Porque quando você entra (...) você tem que tá ligado toda hora. Porque não é só a vida de outro, mas a sua. Se você dormir, você pode ser surpreendido. Se você olhar para um lado e se descontraí com uma coisa acontecer outra pior ali.

"Tranquilo" só no "horário de ir embora", porque durante o dia "tem que tá ligado toda hora" senão pode "acontecer (...) [o] pior ali". Diego repete a reprodução da tensão do trabalho do PM vinculada ao ataque contra ele e contra seus iguais. Só passa quando acaba, quando vai embora.

O mesmo Diego não tem dúvida da letalidade do lugar de onde fala:

[Entrevistadora] (...) Mas isso de, por exemplo, é, chegar em casa e observar, né, não saber se vai ter alguém te esperando ou não, por que é algo que poderia acontecer com qualquer um mas você como PM tem

experiência pra notar ou em especial por que você é PM, você acha que você pode ser alvo disso?

[Diego] Acho não, tenho certeza.

[Entrevistadora] Por ser PM?

[Diego] É, por ser PM. Por ser PM.

[Entrevistadora] Tá.

[Diego] Porque tem pessoas que simplesmente você nunca fez nada pra ela, mas às vezes, por você ser PM ele pode querer fazer alguma coisa contra você. Então poderia acontecer com a pessoa normal, com o militar tem esse adicional a mais. (...) por eu ser militar acontece mais comigo, com outra pessoa normal não porque não é militar.

[Entrevistadora] Tá, você acha que pode atrair?

[Diego] Acho não, tenho certeza. Que pode atrair, porque eu tenho arma, que eles podem pegar. É...tem facções criminosas aí que pra você entrar você tem que matar um policial, entendeu, então...é muito a mais que qualquer pessoa normal.

No discurso da certeza, Diego afirma e reafirma, marcando a força e o ponto de tensão, de ser este alvo por ter “esse adicional a mais”, por “ser militar”. Aqui ele veste a farda no posicionamento que lhe é conveniente, o de alvo, de vítima.

Rodrigo quer *ação*, quer *liberdade*, e isso parece sinônimo das mesmas ocorrências que são citadas por outros PMs como aquelas que colocam o PM na posição de alvo:

[Entrevistadora] E como é que foi o começo? Você começou fazendo o que?

[Rodrigo] Comecei no policiamento ostensivo a pé.

[Entrevistadora] A pé? Como é que é? (...) Tá, como é que é, quais suas funções...

[Rodrigo] Bem no começo era uma surpresa porque eu imaginava que eu ia trabalhar numa viatura, eu tinha um pensamento totalmente diferente do que é ser polícia, então eu achei que ia ter mais liberdade, eu achei que logo que eu me formasse eu já ia trabalhar numa viatura (...).

[Entrevistadora] E aí você andava a pé no centro? O que é que você tinha que fazer.

[Rodrigo] Na verdade era só andar! Tinha que fazer nada....

Adiante ele explica o que sentiu:

[Rodrigo] ...eu senti essa decepção porque, porque eu sou de SP, eu fui trabalhar num município que parece uma cidade fantasma, tinha mais policiais fazendo policiamento na rua do que ...

A primeira experiência de Rodrigo foi uma "surpresa", uma "decepção" porque ele tinha "um pensamento totalmente diferente do que é ser polícia", ele "imaginava" "que ia ter mais liberdade", ou seja, "trabalhar numa viatura" e não "fazer nada, só andar e trabalhar numa cidade fantasma". Parece haver aqui quase que uma expectativa de tornar-se alvo reforçando o posicionamento de que o trabalho do policial é defender-se.

6.4.4.PM no escuro: O não saber do PM

O PM também não sabe coisas. O trecho abaixo de Miguel é representativo:

[Entrevistadora] (...) o que seria uma situação, uma atividade que você exerce que você considera mais fácil pra você?

[Miguel] A abordagem, é que a pessoa quando liga o 190 ela fala assim "tem uma pessoa parada perto da minha casa, mas eu não tô vendo arma". Então quer dizer você já (...) digamos assim, entre aspas, relaxado. Você só vai mesmo pra fazer uma abordagem. (...) então isso aí é uma ocorrência mais relaxada né, mais sossegada.

[Entrevistadora] E que atividade, que situação é mais difícil pra você (...)?

[Miguel] É aquela ocorrência que você não sabe o que você vai encontrar. A pessoa liga, mas ela não sabe

precisar quantidade, veículos, armamentos, então você chegando no local é que você vai ter que fazer aquela primeira varredura pra saber o que é que você vai encontrar entendeu? Então você, você vai no escuro, né.

"Situação" ou "atividade" "mais fácil" são aquelas que a "pessoa idônea" que liga para o 190, aquela mesma pessoa que no trecho citado sobre a clientela "não sabe quantos são, como que é, que arma que é" pode dizer com crédito "não tô vendo arma" e deixar o PM "relaxado", levá-lo a concluir que "é uma ocorrência mais relaxada, mais sossegada". Já a "situação mais difícil" "é aquela ocorrência que você não sabe o que você vai encontrar", aquela pessoa "liga, mas ela não sabe precisar quantidade, veículos, armamentos" "então você sai no escuro". Veja que o mesmo tipo de pessoa que não sabe "precisar" o tipo de ocorrência de um lado, ao dizer "não tô vendo arma" deixa o PM "relaxado", mas qual a diferença na precisão das duas ligações? A diferença entre uma situação e outro está no trabalho do PM, no caso da situação mais difícil, é "você [que] vai ter que" descobrir o que está por vir. Esse é o índice que coloca o PM no lugar de alvo em potencial.

Flávio faz eco na questão do "não saber o que vai encontrar":

[Entrevistadora] Me conta como é um dia de trabalho seu, desde que você chega aqui. Enfim, as coisas que você faz.

[Flávio] Eu chego aqui às cinco e trinta, trabalho até às dezoito horas. Geralmente é () um setor pra gente trabalhar, e tem dia que, é muito estressante, tem muita ocorrência. É muito relativo, não tem assim, um dia determinado pra ocorrência. Tem dia que é bem sossegado, tem dia que é mais corrido. É muito relativo né. Até por isso que o trabalho é estressante, você é pego muito de surpresa. De uma hora pra outra a gente depara com uma situação que a gente pode, que a gente nem imagina.

Um dia de trabalho começa com "chegar" e segue sendo "muito estressante, tem muita ocorrência", mas "é muito

relativo, até por isso que o trabalho é estressante" porque "você é pego muito de surpresa, de uma hora pra outra a gente se depara com uma situação que a gente pode, que a gente nem imagina". Depois da chegada, o índice de estresse repete-se na situação surpresa.

Diego acrescenta um fator hierárquico ao desconhecimento do que vai encontrar. A força deste não saber é tamanha que neste caso, pode custar sua vida:

[Diego] Bom, eles tentam tampar o sol com a peneira. Eles tentam falar que está tudo bem, que não tá acontecendo nada. É....se eles ficam sabendo de uma informação a mais do que você eles não te falam.

[Entrevistadora] Como assim informação a mais?

[Diego] Do tipo, quando começou os ataques (contra as DP's e PM's), começou na baixada.

[Entrevistadora] Os ataques de 2006?

[Diego] 2006. Começou na, na baixada (Santista). Já tinha que ter alertado todos, não alertaram, entendeu. Então tipo assim se você já corre seu risco, já começa seu dia nos 220. Numa ocasião daquela você já tinha que começar em 420, 500 volts. Ligado mais do que o normal. Então tem muitas situações que eles não avisam a gente.

A instituição deixa o PM no escuro ao tentar "tampar o sol com a peneira", ao dizer que "não tá acontecendo nada", ao não dividir "informação a mais" que tenha, para alertar, até de "ataques" contra os PMs, como os de 2006. Os riscos e seus níveis estão todos fora do PM, neste caso, agora, a responsabilidade é da PM.

7. Considerações Finais

O objetivo desta dissertação foi, então, estudar os efeitos de reconhecimento e desconhecimento que permearam o discurso destes dez soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo; ouvindo como estes falavam de seu trabalho e dos atores com quem contracenavam: sua clientela, sua hierarquia, o meliante. Ouvir como, através dos lugares que ocupavam nestas falas e localizavam esses atores institucionais, falavam de si e da PM.

Como mencionado no capítulo sobre o objetivo, este trabalho seguiu um referencial teórico metodológico específico, diferente dos que orientaram outros trabalhos, também já citados aqui, sobre a polícia; de especial interesse, os trabalhos abrigados no mesmo instituto onde esta pesquisa é defendida (Faria, 2000 & 2006; Oliveira, 2005, e Silva, 2009). Antes de falarmos de nossas conclusões, faremos um brevíssimo apanhado do que esses outros trabalhos mencionaram, seja em aspectos descritivos ou conclusivos, sobre os tópicos que permearam também os discursos analisados no nosso referencial. O objetivo desta pausa não é comparativo, crítico, ou conciliador, mas mostrar que certos temas são, de fato, recorrentes nas falas do PMs e naquelas contruídas sobre eles. Vamos a alguns trechos que conversam com nosso entrevistados.

Sobre a relação com a clientela, Silva (2009) ecoa o discurso dos PMs desta pesquisa que, apesar dos "indícios fatuais de hostilidade entre 'civis' e 'militares', parece existir no imaginário popular uma apropriação automática de que, diante de um problema 'chamem a polícia'" (p.3). Oliveira (2005), também faz coro com Silva e os policiais entrevistados, "Via de regra, para o cidadão comum, o telefone da PM é um recurso que pode ser utilizado para qualquer tipo de emergência" (p.69). Sobre a hierarquia, aponta Oliveira (idem) que "aquele que exerce a função de comando é sempre alguém que se encontra numa posição

bastante privilegiada de poder” e que, assim, “a desigualdade da distribuição desse poder de mando entre os sujeitos sociais é fato notório”. O que também nos lembraram aqui os dez soldados entrevistados. Faria (2000) aponta a importância da legalidade e das regras e procedimentos; que “ele, profissional, (...) [pode] defender seus interesses, desde que circunspectos pelas princípios da legalidade, da moralidade e da finalidade” e que, “se extrapolar” estará “cometendo um crime de abuso de autoridade”. Sobre este aspecto, Oliveira também aponta a variabilidade dos deveres e alterações constantes dos procedimentos como frequentes no trabalho dos policiais. Quase em uníssono com nossos entrevistados. Finalmente, sobre os riscos corridos, aqui descritos, principalmente, no item sobre o meliante, Faria (2000) conclui que “em função dos efeitos e das consequências das ocorrências de risco e das situações adversas que envolvem tensões com as quais se depara (...) interação produzindo efeitos estressantes de forma maximizada” (idem, p.10). Posicionamento repetido inúmeras vezes nas falas analisadas.

Sem a intenção de resumir a amplitude do que estas pesquisas realizaram, podemos, entretanto, dizer que as temáticas repetidas não são novidade e não o são por acaso. Fazem parte de uma fala de indivíduos atravessados pela mesma instituição. Contudo, nos propomos não a repetir as temáticas; que elas venham, porque inevitáveis sejam, mas, no que o nosso recorte teórico metodológico nos permite fazer, nos propomos a analisar COMO falaram sobre isso tudo os PMs aqui entrevistados. Qual o contexto construído na cabeça deles acerca destas falas? Quais aos lugares, reconhecidos e desconhecidos, sejam quais forem os temas, e que sentidos podemos reconstruir a partir disto para o sujeito-policial militar que se configura.

Os lugares ocupados pela clientela nos relatos destes indivíduos pode ser resumidos da seguinte forma: o lugar da clientela *boa*, *algoz* e do *cliente*.

Em muitos momentos, a clientela configurou-se, como pessoas indiferenciadas. Nesta indiferenciação, as pessoas eram simplesmente, ocorrência. Quando eram algo, eram despossuídas; faltava-lhes "um QI a mais", "um racioncício", "esperança", "caminhos". O caráter positivo desta clientela deu-se no fato de que eram estas que possibilitavam ao PM ocupar um lugar de salvador, de herói. A posição dessas pessoas, que emergiram num tipo de ocorrência atendida, na ignorância - não saber o que fazer - e no desamparo - precisar de alguma coisa; ação e algo que para o PM era "fácil" prover, era fonte de satisfação para o PM. Esta era a parcela ideal da população que entendia, aceitava, respeitava e submetia-se - afinal de contas não tinha outro jeito - ao policial herói. Em alguns momentos, deu-se a impressão de que o PM 'trabalhava para garantir isso', e nisso, receber o agradecimento desmedido e o retorno esperado pelo seu trabalho.

Contudo, havia uma parcela da clientela que transformava o PM em uma vidraça. O que desagradava nesta parcela é que ela não entende, não respeita, não se submete ao policial. Ela é a que, nesses relatos, é vista como a que, embora vá precisar (do PM), critica. É uma clientela que traz problemas que não são de sua (do PM) alçada resolver e, ao invés de ficar "super agradecida", critica e culpa o PM, "por tudo". Com relação, justamente, a estas críticas, é interessante notar o movimento que faz o PM de distanciar-se e diferenciar-se da farda que o acompanhou nos momentos de clamar por respeito e submissão. Ele não nega os atos negativos que fazem esta clientela temer a polícia, mas com muita naturalidade se justifica; a população precisa, como um todo, ser policiada, corrigida,

de voz ativa. A única pessoa errada é a que não entende a polícia, que critica e agora tem medo da polícia. A única coisa que pode mudar isso é a ação policial, mas não é qualquer uma, são ações direcionadas a quem está vulnerável.

Esta mesma população foi habilmente classificada para um tratamento 'ao gosto do cliente'. Numa mistura do lugar da polícia com o lugar da justiça, a clientela foi organizada entre os "suspeitos - que moram em comunidade", de onde, como se viu, supô-se poder esperar que venha o tiro, e os "desembargadores, ministros, advogados, promotores" que num outro momento são os algozes que humilham, mas que aqui, corretamente avaliados e localizados, ajudou a garantir o bom resultado, o retorno desejado. A clientela fez a farda vestir um policial e um policialzinho. O vínculo com a farda, vestida ou escondida, posicionou o olhar do PM para um mundo de mais ou menos riscos contra os quais deve-se estar pronto para contra atacar - sempre. Acima de tudo, uma violência que emanava da própria clientela.

Na sua relação com a sua hierarquia, houve uma inversão de posições, onde, em alguns momentos os policiais se aproximavam daquela posição que atribuíam à clientela e de outro aos criminosos.

O horário foi a primeira marca da hierarquia, posicionando o PM como regulado, normatizado, corrigido - mecanicamente como um relógio - para ficar igual aos outros. O mais importante era chegar na hora, era a única cobrança, repetida, chegar na hora, farda em ordem, barba feita, como os outros, para então seguir com as ordens do dia. No ritual pessoal, de preparo para ir ao trabalho, a marca institucional atravessa o PM que aqui vestiu a farda mesmo antes de chegar ao trabalho, quando esta ainda estava 'escondida' na mala. O peso desta regra era tal que soava

como se fosse a única que houvesse e com caráter exclusivo para os policiais. De fato, ao longo dos relatos, regras e procedimentos emergiam, porém de maneira difusa, como se o próprio policial se fundisse com eles. Procedimentos que era sempre contra ou a favor, nunca só procedimento. Era como se se repetisse com a instituição a posição que os policiais atribuíam à clientela, o lugar de ser corrigido e de ser punido.

De um lado, as regras e procedimentos constituíam-se como forma de proteger o PM do erro e da consequente punição; de outro era a inexorável causa destes e, nesse movimento, a farda tornava-se a justificativa do erro e a forma de falar legitimamente das "más pessoas" de dentro da polícia sem se implicar. Não existia o erro, era 'alguém de cima' que tinha que mudar algo ou que impunha algo, eram regras impossíveis de serem seguidas, cobrança desmedida ainda que invertida, regras que atrapalhavam o 'serviço', o 'trabalho' do PM. Nessa relação, o soldado colocava-se na corda bamba de poder, a qualquer momento, pender para ao lado 'errado' e cometer um crime. E aproximar-se do meliante, na medida em que tentava diferenciar-se. O meliante era aquele que não tinha regras a seguir, ou que não cumpria regra, como se houvesse um acordo silencioso que - na cabeça do PM, - fizesse ele (o PM) esperar que o criminoso aceitasse as regras do jogo como as que ele (PM) estava submetido.

Pressupondo-se só na linha de frente; conduta justificada, legitimada e reforçada pelo discurso que indissocia meliante e clientela, passa a ser natural que o PM então coloque-se no lugar de alvo e que a ajuda e proteção ao 'amigo de farda' torne-se legitimamente o foco de seu trabalho. O estressante do trabalho do PM residia justamente nesta inversão quando PM tornava-se alvo.

O que é apontado como dificuldade: ter que esconder a

farda por conta de uma lógica do PM alvo e vitimizado - acaba podendo ser compreendido como um querer ostentar a farda, no sentido de 'ser ostensiva' como fazendo o trabalho do PM, inferindo-se que não é que o policial tenha que ser PM o tempo todo por uma questão naturalizada de vida ou de morte, mas que o policial queira ser PM o tempo todo, afinal de contas, na lógica construída na cabeça, ele pode não ostentar, mas não precisa deixar de vigiar.

No final das contas, a noção do ser tudo desliza para o cuidado da população despossuída e culmina com a proteção da vida do policial como foco último do trabalho do PM. Da obrigação como braço do estado, desliza-se naturalmente para a satisfação na forma do braço amigo e perdura, de fato, ao lado do amigo de farda.

A farda se sobrepõe ao indivíduo marcando com toda força a matriz institucional deste discurso. Ao falar-se tanto dela nestas análises, não se trata de atribuir ao PM o lugar de vítima da farda, mas de apontar que a forma como cada policial fala de si, de seu trabalho e dos atores com quem contracenava denota o caráter institucional do sujeito-policial. E a violência? Estes dez soldados não estão entre acusados de violência policial. O que responderiam às mesmas perguntas soldados oficialmente apontados (e punidos?) por atos de agressão contra a população? Contudo, não é por isso que esta questão tenha que ser descartada. Não só porque a instituição que convida a vestir a farda é a mesma. Mas sobretudo porque deste lugar atravessado, a farda torna-se facilmente um escudo para justificar os atos do indivíduo dando-lhes um efeito de inevitabilidade e necessidade. Em última instância, de ter de sair às ruas para SE salvar e SE defender. De um lugar que abre brechas para deslizar do "caminho da lei" para o "do crime". Para o caminho potencialmente da violência. Os mesmos lugares a partir dos quais podem sair às ruas qualquer soldado

policial militar do Estado de São Paulo.

8. Referências

ALEGRETTI, R. *Estudo dos feitos de programa de apoio na agressividade reacional de policiais envolvidos em ocorrências graves*. 2006. 169f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Metodista de São Paulo.

ALMEIDA, J.R. *Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997*. 2010. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo.

ARAÚJO, O.S. *O controle da atividade policial - um olhar sobre a Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará*. 2008. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo.

BALESTRERI, R.B. *Direitos Humanos: Coisa de Polícia*. 3ªEd. Porto Alegre:CAPEC, 2003. 124p.

BICALHO, P.P.G. *Subjetividade e abordagem policial: por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos*. 2005. 197f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CASOS:

http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=2375 em 27/07/2011

COMPARATO, B. K. *As ouvidorias de polícia no Brasil: controle e participação*. 2006. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - Capítulo III, art. 144, §5º e §6º .
http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/constituicaotextoatualizado_ec69.pdf

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Capítulo III.
<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/70452>

DELITOS: http://www.nevusp.org/downloads/vp_sp_delito.htm
em 27/07/2011

FARIA, D.G.R. *O profissional de segurança pública - desempenho de seu papel num cenário stressante, de violência e de riscos: um estudo exploratório*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia: Universidade de São Paulo.

FARIA, D.G.R. *O profissional de segurança pública - papel social e identidade profissional*. 2006. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia: Universidade de São Paulo

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola[1971] (2007).

_____, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal(1979).

_____, M. *História da Sexualidade I: vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal (1980).

_____, M. "A Ética do Cuidado de Si como Prática de Liberdade". In: FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos* (1984).

_____, M. "O Sujeito e o Poder". In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: pra além do Estruturalismo e da Hermenêutica*. Rio de Janeiro: Ed. Forense (1995).

GALVÃO, L.F. & SERRANO, C.E.G. "Análise de discurso, leiturainstitucional: um m étodo. in: GUIRADO, M. & LERNER, R. (Orgs.) *Psicologia, Pesquisa e Clínica - por uma análise institucional do discurso*. São Paulo: FAPESP (2007).

GUIRADO, M. *Psicanálise e Análise do Discurso - Matrizes Institucionais do Sujeito Psíquico*. São Paulo: Summus (1995).

_____, M. *A Clínica Psicanalítica na Sombra do Discurso*. São Paulo: Casa do Psicólogo (2000).

_____, M. *Instituições e Relações afetivas - o vínculo*

- com o abandono. São Paulo: Casa do Psicólogo (2004).
- _____, M. "Prefácio" in: GUIRADO, M. & LERNER, R. (Orgs.) *Psicologia, Pesquisa e Clínica - por uma análise institucional do discurso*. São Paulo: FAPESP (2007).
- GUIRADO, M. *A análise institucional do discurso como analítica da Subjetividade*. São Paulo: ANNABLUME/FAPESP. 2010.
- HUGGINS, M.K. & HARITOS-FATOUROS, M. & ZIMBARDO, P. G. *Operários da Violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras*. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2006.
- LUCIANO, T.M.P. *O uso da força não letal pela polícia nos encontros com o público*. 2007. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo.
- _____, T.M.P. *Treinamento policial: um meio de difusão de políticas públicas que incidem na conduta individual do policial de rua*. 2011. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo.
- NOTÍCIAS <http://g1.globo.com/videos/sao-paulo/sptv-2edicao/t/edicoes/v/pms-sao-presos-apos-atirar-em-policiais-civis-em-osasco/1804001/>
- NOTÍCIAS <http://g1.globo.com/videos/sao-paulo/sptv-2edicao/t/edicoes/v/criminosos-invadem-predio-na-zona-oeste-e-fazem-15-moradores-refens/1803978/>
- OLIVEIRA, R. G. *Uma experiência de plantão psicológico na Polícia Militar do Estado de São Paulo: reflexões sobre sofrimento e demanda*. 2005. 136f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia: Universidade de São Paulo.
- POLÍCIA MILITAR. <http://www.polmil.sp.gov.br/inicial.asp> em 27/07/2011.
- RIBEIRO, C.R. "Sujeito-Dobradiça: Metáfora de

Subjetividade, Metonímia Institucional" in: GUIRADO, M. & LERNER, R. (Orgs.) *Psicologia, Pesquisa e Clínica - por uma análise institucional do discurso*. São Paulo: FAPESP (2007).

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.
<http://www.ssp.sp.gov.br/institucional/> em
27/07/2011.

SPODE, C.B. *Ofício de Oficial, subjetividade e saúde mental na Polícia Militar*. 2004. 139f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ANEXO 1

CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Eu,.....;CPF:;
registroinstitucional nº.....;
Autorizo a psicóloga ERIKA FERREIRA DE AZEVEDO; CPF:
287.016.418-16; CRP: 06/86728, a utilizar nossas entrevistas em sua
pesquisa de Mestrado pelo Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de
São Paulo, orientada pela Professora Livre Docente deste mesmo instituto
MARLENE GUIRADO com a garantia de que a pesquisadora respeitará o
código de ética do Psicólogo mantendo o sigilo de informações que possam
revelar a minha identidade e a da instituição da qual faço parte.

..... data:
...../...../.....

Garantimos o cumprimento do código de ética e respeito a todos os
participantes desta pesquisa. Gratas pela colaboração.

.....
Erika Ferreira de Azevedo

.....
Marlene Guirado